



# **CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS**

*Recredenciado pela Portaria Ministerial nº 1.162, de 13/10/16, D.O.U nº 198, de 14/10/2016*  
ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL

Evelly Silva e Silva

GÊNERO, RAÇA E CLASSE: estudo sobre a constituição identitária de mulheres brancas e  
negras de Palmas – TO

Palmas – TO

2018

Evelly Silva e Silva

GÊNERO, RAÇA E CLASSE: estudo sobre a constituição identitária de mulheres brancas e negras de Palmas – TO

Projeto de Pesquisa elaborado e apresentado como requisito parcial para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) II do curso de bacharelado em Psicologia do Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

Orientadora: Prof. Me. Cristina D'Ornellas Filipakis Souza.

Palmas – TO

2018

Evelly Silva e Silva

GÊNERO, RAÇA E CLASSE: estudo sobre a constituição identitária de mulheres brancas e negras de Palmas – TO

Projeto de Pesquisa elaborado e apresentado como requisito parcial para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) II do curso de bacharelado em Psicologia do Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

Orientadora: Prof. Me. Cristina D’Ornellas Filipakis Souza.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

#### BANCA EXAMINADORA

---

Prof.a Me. Cristina D’Ornellas Filipakis Souza

Orientadora

Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

---

Prof.a Me. Ruth do Prado Cabral

Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

---

Prof.a Esp. Milena Alves de Carvalho Costa

Universidade Federal do Tocantins - UFT

Palmas – TO

2018

Dedico este trabalho a todas as mulheres que impactaram a minha vida de alguma maneira e abriram caminhos para que hoje eu estivesse aqui. Nomeio especialmente minha mãe, Elenilce que me ensinou que o conhecimento é caminho para a emancipação, seja ela financeira, afetiva, ideológica, profissional.

## AGRADECIMENTOS

Toda minha gratidão a Deus por ter me permitido chegar até aqui.

Todo meu afeto, respeito e gratidão a Cristina D'Ornellas Filipakis Souza. Obrigada por se dispor a transpor as relações de poder, por acreditar em meu potencial e por me apoiar em todos os momentos em que acreditei fielmente não mais conseguir suportar. Obrigada por segurar em minha mão, simbólica e literalmente em cada etapa. Obrigada pela compreensão, pela empatia e por todas as palavras e ações, que de tão genuínas, me constroem e me fazem crer que os bons são maioria.

Agradeço imensamente aos meus familiares. Obrigada pai, Evaldo de Souza Silva, que me ensinou a assertividade e a comunicação não violenta sem nunca ter pegado um livro que tratasse desses assuntos, mas que faz parte de quem o senhor é. Sou tomada de alegria por conviver ao seu lado. Obrigada por ter dedicado sua vida a nos criar e a nos ensinar valores que hoje me orgulho de carregar. Obrigada mãe, Elenilce Silva, por ter me ensinado ainda criança que me mostrar o caminho da escola era o maior ato de amor que você poderia me dedicar. Você criou uma mulher forte e consciente. Obrigada por tudo. Também agradeço aos meus irmãos Everton Silva e Emerson Silva. Vocês são meus bens mais preciosos.

Minhas amigas e amigos eu os tenho guardados em meu coração e ao escrever essas palavras sou inundada por sentimentos de gratidão, afeto e pertencimento. Obrigada por me sustentarem quando eu não consegui mais levantar e por terem permanecido até aqui. Obrigada Isaura de Bortoli Rossatto aprendo todos os dias com você, obrigada por fazer familiar o sentimento de reciprocidade, a amo genuinamente; Alessandra Soares Araújo, obrigada por todo apoio e por ter sido meu abrigo em muitos momentos, suas marcas ficarão para sempre em minha história e em meu coração; Mariana Ribeiro Pereira, você é uma das maiores inspirações da minha vida, obrigada por me ensinar a olhar o mundo e as pessoas com mais afeto e gratidão, amo você; Lorena Dias de Menezes Lima, obrigada por ter se feito presente em minha vida e por me fazer aprender todos os dias que o caminho fica mais bonito quando temos com quem contar; Tayse Virgulino, obrigada por ter se feito fortaleza nos momentos em que mais precisei e por me auxiliar de diversas maneiras, você tem me marcado positivamente e me ensinado o que é cuidado e entrega. Eu amo você, amo quem tem se tornado e sou grata por dividirmos nossa existência; Talita dos Anjos Lima, meu coração se aquece em saber que estamos juntas, me sinto representada por você e tenho em meu coração grande afeto por você e por sua luta, que me atrevo chamar de nossa, você me inspira e me ensina que questionar também é revolucioar; Fernando Ribeiro Veloso, obrigada por todo apoio, você é um exemplo para mim, me inspiro em você e sou grata por nossa relação existir;

Monique Débora, seu cuidado e afeto foram essenciais em minha jornada, obrigada por todo o apoio até aqui! Também deixo registrado meu agradecimento a Rafaela Dantas, você é símbolo de resistência e lhe tenho grande admiração.

Agradeço imensamente a Irenides Teixeira que me orientou para além da academia, me mostrando o caminho da resiliência e da persistência. A Conceição Previero que me ensinou novos modos de enxergar o mundo e a vida. Toda minha gratidão à banca examinadora representada por mulheres fortes e inspiradoras. Obrigada Ruth do Prado Cabral, Márcia Vieira Mesquita e Milena Alves de Carvalho Costa, vocês são a simbologia de muitos dos meus ideais e tê-las comigo nesse processo foi extremamente gratificante.

Estendo meus agradecimentos a Instituição CEULP/ULBRA e ao Programa Universidade Para Todos – ProUni, sem os quais não seria possível concluir essa graduação.

“Eu não sou livre enquanto alguma mulher não o for,  
mesmo quando as correntes dela forem muito diferentes  
das minhas.”

Audre Lorde

## RESUMO

SILVA, Evely Silva. **Gênero, Raça e Classe:** estudo sobre a constituição identitária de mulheres brancas e negras de Palmas - TO. 2018. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas, Palmas/TO, 2018.

Este trabalho pretendeu discutir a relação entre gênero, raça e classe na constituição identitária de mulheres brancas e negras de Palmas - TO. Para tanto, o estudo se utilizou inicialmente da pesquisa teórica, posto que monta e desvenda quadros teóricos de referência (DEMO, 1987) por meio da leitura de teses, dissertações, artigos e livros com enfoque interseccional, que consiste na compreensão de que as identidades são influenciadas por diversos marcadores sociais, tais como a sexualidade, a raça, a classe e o gênero. Tratou-se de uma pesquisa de campo, aplicada e de caráter qualitativo. Quanto à técnica de coleta de dados utilizada, optou-se pelo grupo focal que propiciou a expressão de sentimentos e opiniões acerca dos aspectos acima supracitados. A análise dos dados e informações foi subsidiada pelo método da Análise do Discurso, sendo sua abordagem, a da Psicologia Discursiva, que entende a linguagem como situada dentro de um contexto social e cultural, e não apenas nas interações (NOGUEIRA, 2008). Como resultado, foi possível observar que as intersecções entre esses marcadores sociais influencia o modo como mulheres brancas e negras se percebem, se comportam e experienciam o mundo, o que revela uma distinção no modo como se constituem essas identidades.

**Palavras-chave:** Gênero. Raça. Classe. Constituição Identitária. Interseccionalidade.

## ABSTRACT

SILVA, Evely Silva. **Gender, Race and Class**: study about the identity constitution of white and black women from Palmas - TO. 2018. 63 p. Course Completion Work (Undergraduate) - Psychology Course, Centro Universitário Luterano de Palmas, Palmas / TO, 2018.

This paper aimed to discuss the relationship between gender, race and class in the identity constitution of white and black women from Palmas - TO. For this, the study was initially used in theoretical research, since it assembles and unveils theoretical reference frameworks (DEMO, 1987) through the reading of theses, dissertations, articles and books with an intersectional approach, which consists in the understanding that identities are influenced by various social markers, such as sexuality, race, class, and gender. It was a field research, applied and of qualitative character. As for the technique of data collection used, we chose the focus group that provided the expression of feelings and opinions about the aspects mentioned above. The analysis of the data and information was subsidized by the Discourse Analysis method, and its approach is that of Discursive Psychology, which understands language as situated within a social and cultural context, and not only in interactions (NOGUEIRA, 2008). As a result, it was possible to observe that the intersections between these social markers influence the way white and black women perceive, behave and experience the world, which reveals a distinction in the way these identities are constituted.

**Keywords:** Gender. Race. Class. Identity Constitution. Intersectionality.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Fluxo Metodológico do Estudo.....	28
Figura 2 – Colorismo, Interseccionalidade, Lugar de Fala.....	38
Figura 3 – Relações Abusivas, Machismo, Sexismo e Capacitismo.....	41
Figura 4 – Autodenominação Racial, Racismo, Identidade.....	43
Figura 5 – Autopercepção do Ser Mulher.....	45
Figura 6 – Resultados Preliminares do Texto.....	47
Figura 7 – Resultado da Análise de Similitude .....	48
Figura 8 – Resultado da Nuvem de Palavras.....	49

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CEULP	Centro Universitário Luterano de Palmas
DIP	Declaração de Instituição Participante
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
SEPSI	Serviço de Psicologia
SIM	Sistema de Informações de Mortalidade
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>14</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>48</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>54</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>60</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>66</b>

## INTRODUÇÃO

A epistemologia feminista tem como um de seus pressupostos, a problematização no campo das ciências, acerca das definições vigentes de neutralidade, objetividade, racionalidade e universalidade que frequentemente incorporam o modo como são compreendidos os fenômenos sociais. Esse modo de compreender e de se fazer ciência, desde seu início foi dominado por homens ocidentais, membros das classes dominantes e possivelmente brancos, o que pode não corresponder em algum nível, as diversas realidades existentes na contemporaneidade (LOWY, 2009).

Nesse escopo surgem propostas teóricas que sustentam a existência de três marcadores sociais preponderantes e transversais que influenciam a produção de subjetividades, sendo eles o gênero, a raça e a classe (SAFFIOTI, 2009).

A interseccionalidade, termo cunhado por Kimberlé Crenshaw por volta dos anos de 1989, incorpora essas novas propostas e compreende as relações entre gênero, raça e classe como interdependentes. Também defende que essas intersecções se mostram permeadas por relações de poder. Sendo assim, há uma preocupação em considerar as múltiplas fontes da identidade, sem a pretensão de propor uma nova teoria globalizante da identidade, mas com o objetivo de estabelecer possíveis caminhos para a sua compreensão (CRENSHAW, 1994).

Apesar de o termo ser creditado a Crenshaw, ainda na década de 1970, os movimentos de mulheres negras norte-americanas já adotavam o entendimento de que questões de gênero, raça, classe e sexualidade poderiam ser compreendidas como sendo entrelaçadas e articuladas. Nesse período, coletivos de mulheres como o Combahee River Collective afirmavam ser preciso lutar contra opressões de cunho racista, sexista, classista e heteronormativo, sendo necessário o desenvolvimento de propostas e práticas integradas e transversais na compreensão de que os sistemas de opressão se encadeiam estruturalmente (LA COLECTIVA DEL RIO COMBAHEE, 1988).

Essa abordagem se consolidou como heurística feminista com os postulados de Kimberlé Crenshaw sobre a doutrina jurídica da antidiscriminação. Ela também delineou três tipos de abordagens interseccionais, sendo elas: (1) estrutural, responsável por abordar a intersecção entre racismo e patriarcado frente a agressão e estupro contra mulheres; (2) política, que aborda a intersecção entre organizações antirracistas e organizações feministas, e por fim, (3) representacional, que trata da intersecção entre os estereótipos raciais, socioeconômicos e de gênero (PUAR, 2013).

A interseccionalidade então, é uma sensibilidade analítica pensada por feministas negras, cujas experiências e reivindicações intelectuais eram inobservadas tanto pelo

feminismo branco quanto pelo movimento antirracista, a rigor, focado em homens negros. Ela visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, que são produtores de avenidas identitárias onde mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (AKOTIRENE, 2018).

Nesse escopo, a compreensão do gênero tem sido utilizada como instrumento de desnaturalização e deslegitimação das práticas de violência e de opressão que constituem a vida das mulheres, bem como das pessoas que não se encaixam na norma heterossexual. De semelhante modo, as questões de raça e classe se relacionam e são entendidas como enoveladas, permitindo que se veja o que não seria visível caso as categorias de gênero e de raça fossem conceitualizadas de forma separada (LUGONES, 2008).

A globalização econômico-financeira na conjuntura contemporânea por vezes promove uma cultura tecnológica de mercado pautada nas desigualdades socioeconômicas. Desse modo, há difusão de uma cultura unidimensional impulsionada pelos veículos de comunicação de massa, tornando a afirmação de identidades específicas uma questão de resistência. Em contraponto, surgem alguns estudos sobre a identidade no campo das ciências sociais em interface com outros campos do conhecimento como a psicologia e a sociologia, com abordagens interdependentes dos modos de constituição dos sujeitos inseridos em diversos contextos sociais (NASCIMENTO, 2003).

Esses estudos apontam que as identidades não são fixas nem permanentes, sendo compreendidas como instâncias dinâmicas e dialógicas do desenvolvimento do *eu* (SILVA; AMAZONAS, 2009). O sujeito, então, se constitui em um contexto de representações culturais, significados e significantes que podem estar de algum modo, marcados por relações de poder (MARIANO, 2005). De modo que, alguns comportamentos se definem no processo de socialização como sendo pertencentes ao feminino ou ao masculino numa dinâmica de polarização estrutural. O trabalho, a produção científica, a competição, dentre outras características, são resumidas ao masculino, enquanto a o cuidado, a fragilidade e o afeto, são associados ao feminino (TORRÃO-FILHO, 2005).

Nessa perspectiva, a constituição da identidade feminina se molda por meio de papéis sociais e estruturas de poder vigentes. Pode haver relação com diversos temas como a raça, a classe, a orientação sexual, o acesso à saúde, à educação, dentre outros aspectos que movimentam esse constante processo de construção das diferentes formas de expressão da identidade (DAVIS, 2016).

Em decorrência da escassez de estudos sobre a constituição identitária da mulher branca e da mulher negra numa visão interseccional no Brasil, há a necessidade de maior aprofundamento sobre esses aspectos na busca por auxiliar na promoção da compreensão acerca desse fenômeno e no avanço da psicologia enquanto ciência e profissão, na criação e aprimoramento de estratégias clínicas de investigação e medidas de intervenção acerca do tema. Desse modo, o presente trabalho se propôs a explorar a temática com o auxílio da técnica de grupo focal, visando maior aprofundamento científico acerca dos temas acima supracitados.

Segundo dados lançados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada em 2015, a desigualdade na divisão de salários entre homens e mulheres ainda é uma realidade comum no Brasil. De acordo com o estudo, os homens receberam em média, no ano de 2014 o valor de R\$1.987,00 mensais enquanto as mulheres R\$1.480,00. Ainda segundo a mesma pesquisa, a escala de remuneração é uma construção histórica ainda não superada. Assim, os que homens brancos dispõem de maiores rendimentos seguidos por homens negros, mulheres brancas e por fim mulheres negras.

Segundo o Mapa da Violência Contra a Mulher (2015), entre os anos de 2003 e 2013, as mulheres negras foram assassinadas em maior número, chegando a um aumento de 54,2% em dez anos ao passo que a taxa de homicídios de mulheres brancas diminuiu 9,8% no mesmo período. Enquanto em 2003, 1.864 mulheres negras foram mortas, em 2013 o número saltou para 2.875. Em 2003 a taxa de homicídios de mulheres negras em relação a mulheres brancas era de 22,9%, em 2013 a proporção aumentou para 66,7%.

Já o Atlas da Violência (2018) apontou que os estados com maior índice de homicídio de mulheres negras são Pará, Pernambuco e Goiás, sendo este último, responsável por 8,5 mortes a cada 100 mil habitantes. A taxa de homicídios de mulheres no Brasil, ainda segundo esse estudo, revelou que o número de mulheres negras assassinadas foi de 2049 em 2007 para 3005 em 2016, enquanto o assassinato de mulheres brancas foi de 1489 para 1436 durante o mesmo período. Mulheres negras mortas por intervenção legal somam 64%, enquanto mulheres brancas 36%. Hoje, uma jovem negra entre 15 e 29 anos tem duas vezes mais chances de ser assassinada do que uma jovem branca.

Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN Mulheres (2018), o perfil das mulheres encarceradas no Brasil aponta que 64% dessa

população é composta por mulheres negras e 45% dessas mulheres não chegaram a concluir o ensino fundamental sendo que, em sua maioria respondem pelo crime de tráfico de drogas.

No cenário mundial, segundo o relatório produzido pela Anistia Internacional do Uruguai intitulado “A armadilha do Gênero: mulheres, violência e pobreza” de 2012, por meio de informações adquiridas através da Organização das Nações Unidas (ONU), revelou-se que mais de 70% da população mundial que vive em situação de pobreza é composta por mulheres, o que equivale a dois terços do total. Segundo a Anistia (2012), órgão internacional que defende os direitos humanos em suas mais diversas esferas, um dos principais fatores que contribuem para essa realidade é a discriminação, mesmo em países que adotam leis de promoção da igualdade de gênero.

Segundo o IBGE (2015), 54% da população brasileira é constituída de pretos ou pardos e o relatório acerca dos Direitos de Minorias da ONU (2016) constatou que apesar das ações afirmativas de combate ao racismo, tais como as leis contra o preconceito racial, essa problemática social ainda é evidente e precisa ser combatida no Brasil. De acordo com pesquisa realizada pela PNAD em 2017, a cada 100 assassinatos no Brasil, 71 são de pessoas negras, o que revela graves problemas sociais que afetam o acesso à saúde, os estudos, a qualidade de vida, à segurança e as relações que esses indivíduos constroem consigo e com o mundo.

Os dados acima demonstram a necessidade em se discutir temas como gênero, raça e classe, assim como os possíveis impactos nos modos de ser e viver dos indivíduos em suas relações e respectivos contextos. Torna-se um ato político de conscientização das diferentes realidades e um exercício de cidadania, além de instigar novos modos de pensar, que não o tradicional pensamento dual, além da promoção enquanto pesquisadora acadêmica, de novos conhecimentos científicos acerca da ciência psicológica.

Abordar esses temas dentro da academia e mais especificamente no curso de psicologia pode auxiliar na promoção de novas práticas e novos modos de enxergar as diversas realidades ao implicar nesse futuro profissional uma visão que compreenda esses fenômenos como sendo parte da construção das identidades desses sujeitos.

Conforme afirma Collins (2015), a heterogeneidade dos temas não se torna motivo de preocupação, mas sim permite reconhecer estudos que se utilizam de diversos temas que decorrem da percepção crítica de que raça, classe, gênero, sexualidade, etnicidade, nação, habilidade, idade, entre outros fatores operam não de forma unitária, como entidades

mutuamente excludentes, mas como fenômenos que se constroem reciprocamente e como tal dão forma a desigualdades sociais complexas.

Sendo assim, este trabalho teve como problema de pesquisa, o questionamento acerca das vivências de mulheres brancas e negras serem distintas. Com vistas a responder este questionamento, teve-se como objetivo geral verificar a relação entre os temas gênero, raça e classe na constituição identitária de mulheres brancas e negras de Palmas – TO. Os objetivos específicos convergiram em (1) registrar a concepção que mulheres brancas e negras de Palmas - TO possuem em relação aos temas gênero, raça e classe e (2) verificar como se constitui a autopercepção da mulher branca e da mulher negra em relação a sua identidade.

## **2 GÊNERO, IDENTIDADE DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE NUMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL**

Nesta seção serão abordados os temas (1) gênero, identidade de gênero, (2) raça, classe e comportamentos de classe e (3) autodenominação racial, racismo e colorismo no Brasil, numa tentativa de compreensão interseccional das diferentes formas, expressões e constituições das identidades das mulheres brancas e negras, bem como, na busca por promover o debate sobre estes temas.

### **2.1 GÊNERO E IDENTIDADE DE GÊNERO**

Para Foucault (2001), as ciências sociais, médicas e históricas foram utilizadas para produzir verdades com o objetivo de esconder outras. Trata-se de uma política higienista que tenta normatizar os corpos e os comportamentos para então controlá-los. Isso pode, em algum nível, influenciar a história das relações de gênero e sua compreensão na sociedade. A ciência como se observa na história da construção do sexo e do gênero, é guiada de modo que as evidências sejam interpretadas de acordo com o modelo que reforça a ideologia dominante. Uma ciência de homens, para homens, sobre homens foi tudo que se observou até os primeiros estudos feministas (SALDANHA; TONIETTE, 2017).

Os discursos até então (re)produzidos a respeito da sexualidade humana, sendo aqui incluídos o gênero e a identidade de gênero, tinham o objetivo de normatizar e controlar o sexo, primeiro se utilizando do modelo matrimonial, seguido do modelo de sexualidades periféricas, baseadas na heterossexualidade genitalizada e compulsória. Com a revolução sexual ocorrida na década de 1960, os estudos de gênero e o surgimento da pílula anticoncepcional, questionamentos foram levantados acerca da temática, sendo o significado da sexualidade redefinido. Abriu-se espaço para a discussão e reivindicação da autonomia sexual feminina e a problematização desses fenômenos (TONIETTE, 2009).

Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro (BEAUVOIR, 1967).

Para Judith Butler, o gênero se integra a diversos outros sistemas de opressão e pode se tornar uma estilização repetida do corpo, isto é, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, uma classe natural do ser. Constitui-se por intermédio da reprodução de um modelo, uma paródia da ideia do natural e do original que busca uniformizar a identidade por via da heterossexualidade compulsória. A matriz normativa do

gênero se constrói a partir da repetição constante de identidades inteligíveis modeladas pela socialização, limitadas e diminuídas em sua singularidade (BUTLER, 2003).

Segundo Teresa de Lauretis (1994), pode haver limitações no pensamento crítico feminista ao conceituar as diferenças sexuais numa estrutura baseada na dicotomia universalizada do sexo. Essa diferença nomeia-se pela oposição entre o feminino e o masculino, ou seja, a diferença da mulher em relação ao homem e em última instância, a própria diferença no homem, sendo ele o único parâmetro para essa diferenciação. Isso ocorre ainda segundo Teresa (1994), devido à narrativa ocidental, que ainda está pautada numa linguagem estruturada na oposição dicotômica, advinda também do patriarcado.

O patriarcado, neste espectro, pode ser entendido como um dos elementos das relações de gênero que promove uma dinâmica de subordinação pautada no binômio dominação-exploração da mulher. Mesmo os dois lados dessa relação possuindo poder, este está distribuído de maneira desigual. Atualmente, a parcela de poder que cabe às mulheres nesse processo permite questionamentos à supremacia masculina e pode promover estratégias diferenciadas de resistência e luta por direitos iguais (SAFFIOTI, 2009).

Torna-se necessário apreender as relações de gênero como fundadas em categorizações presentes em toda a ordem social. Isso permite compreender não somente a posição das mulheres, mas também a relação entre sexualidade e poder. A sexualidade, longe de ser um “domínio da natureza”, é considerada aqui como um fato social, visto que enquanto conduta pode auxiliar a constituição das identidades dos sujeitos (BOZON; GIAMI, 1999).

Até meados do século XX o termo gênero não existia, o que fazia a interação entre anatomia e política ainda mais conflitante e intrincada. Por isso se falará aqui em termos de relações de gênero, construídas por intermédio da interação entre símbolos masculinos e femininos, autorrepresentação, *performances*, status, poder e contexto sociopolítico (SALDANHA; TONIETTE, 2017, p. 386).

Joan Scott (1995) apontou ser o gênero o primeiro exercício de poder sobre os nossos corpos. Esse exercício não é o único a constituir as identidades e modos de pensar e agir dos sujeitos. “Mais do que papéis sociais aprendidos nos processos de socialização, são as identidades sociais (gênero, raça e etnia, classe) que vão gestando a subordinação, a partir das experiências vividas e que colocam as mulheres nesse lugar” (SAFFIOTI, 2009, p. 82).

As relações de poder propiciam um campo de possibilidades para a produção de subjetividades e em seu âmago podem se articular processos de resistência particulares a essa mesma concepção de poder. O sujeito social passa a ser visto como um ser inserido dinamicamente numa trama histórica, na qual as possibilidades de construção de si se tornam transversais e influenciadas por vários aspectos e especificidades (FOUCAULT, 1995).

A noção de gênero pode ser entendida a partir das relações estabelecidas e pela percepção social decorrentes das diferenças biológicas entre os sexos e outros fatores como o comportamento esperado para meninas e para meninos. O que torna a compreensão desse aspecto para além da simples distinção biológica presumida pela existência de um órgão sexual/reprodutivo definido como feminino ou masculino e vai ao encontro do modo como as relações são construídas a partir dessa estrutura de pensamento (SCOTT, 1995).

Dessa forma, a conceituação do sexo se refere aos elementos biológicos que definem macho e fêmea numa função reprodutiva, enquanto o conceito de gênero como resultado de processos de socialização impostos entre os sexos de modo a criar uma estruturada relação de poder entre eles. O gênero é uma construção social, havendo diferentes formas de expressão de masculinidades e feminilidades e ambos são espectros que possuem intersecções (SALDANHA; TONIETTE, 2017).

O gênero se constrói nos sujeitos por meio das representações em que se depara no decorrer de sua vida. Essas representações podem ser encontradas na mídia, no cinema, nas relações interpessoais, no trabalho e promovem uma normatização e engessamento do que se incorre ser a definição desse termo. O que pode não abarcar a compreensão de outros modos de se pensar e expressar a noção do gênero (LAURETIS, 1994).

A noção de identidade de gênero não está necessariamente atrelada às expressões de gênero normativas, posto que essa identidade está em constante construção performativa e diz do modo como o sujeito se auto identifica. Existem diferentes modos de performar feminilidades, masculinidades e a confluência destes dois pode permitir outras expressões que não se resumem ao binarismo pautado na norma heterossexual (BUTLER, 2003).

A interseccionalidade procura abordar esses aspectos a fim de compreender as consequências estruturais e a dinâmica relacionada entre dois ou mais eixos de subordinação, posto que esses eixos se tornam veículos de poder estabelecidos pelo patriarcado, pelas relações de gênero, pelo racismo e pela luta de classes e ao se correlacionarem, convergem em novas dinâmicas de opressão social (CRENSHAW, 2002).

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (BILGE, 2009, p. 70).

Faz-se necessário não hierarquizar as opressões, sendo preciso considerar a intersecção de raça, classe e gênero para possibilitar um novo modelo de sociedade. Além de compreender que estas mesmas opressões se combinam e entrecruzam, formando dinâmicas particulares de experiências e construção da identidade em cada sujeito (DAVIS, 2016).

## 2.2 RAÇA, CLASSE E COMPORTAMENTOS DE CLASSE

A conceituação histórica de raça sempre foi marcada por jogos de poder, seja por meio da instauração de formas de dominação, seja na sustentação das lutas de resistência (MUNANGA, 2008). “O século XIX culminou com a produção teórica do racismo científico. Essa teoria legitimava a superioridade da raça branca europeia e a inferioridade das demais raças humanas, sendo que a raça negra ocupava o último nível nessa hierarquização biológica” (SILVEIRA; NARDI, 2014, p. 16).

No entanto, apesar de o conceito de raça ter sido desconstruído em termos biológicos, já que não existe uma hierarquia de raças humanas superiores e inferiores, este conceito ainda é um potencial marcador descritivo e analítico das relações sociais e simbólicas (SCHWARCZ, 2001). A raça é um conceito sociológico, certamente não realista no sentido ontológico, pois não reflete algo existente no mundo real, mas um conceito analítico nominalista, podendo orientar e ordenar o discurso sobre a vida social dos sujeitos (GUIMARÃES, 2008).

Em muitos aspectos, o gênero é a lente a partir da qual a identidade étnica e racial é vivenciada. Certas etnicidades e racializações correspondem a um uso específico do corpo, muitas vezes à transmissão de imagens associadas à sexualidade (SANSONE, 2004, p. 90).

Portanto, a raça se constitui como importante marcador social e produz arranjos singulares nas diferentes formas e expressões das identidades na sociedade, assim como a classe social. “A identidade étnica e a racialização fazem parte de um processo geral de redefinição de identidades sociais e da posição do indivíduo na sociedade” (SANSONE, 2004, p. 60).

É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. [Precisamos] refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras (DAVIS, 2011).

“Desigualdades estruturais, como as desigualdades de classe, constituem violações e restrições de modo que não é possível tomar as desvantagens de gênero como algo que se define independentemente da dominação de classe” (CULT, 2017). Na perspectiva

interseccional, a classe social pode ser verificada por meio da luta de classes e não apenas reduzida a uma abordagem quantitativa e liberal que segmenta classes a partir de padrões de consumo (MACHADO, 2017).

Temos que tratar do sujeito individual tanto quanto da organização social e articular a natureza das suas interrelações, pois ambos têm uma importância crucial para compreender como funciona o gênero, os demais marcadores sociais e como se dá a mudança. Enfim, precisamos substituir a noção de que o poder social é unificado coerente e centralizado (SCOTT, 1995, p. 77).

Isso implica na premissa de que, uma vez os indivíduos inseridos em posições de privilégio pelo discurso dominante, maior a chance de se enxergarem e se comportarem como neutros, sendo o “outro” produtor da diferença. Nessa perspectiva, a classe social é enxergada para além do poder de consumo e se estende, alcançando até mesmo as estruturas de pensamento e comportamento individual e coletivo. Dessa forma, é preciso trazer para a discussão, os modos como essa diferença se constituiu e destacar o lugar de onde os discursos são enunciados, sendo este aspecto imprescindível para os estudos interseccionais (HOOKS, 2013).

### 2.3 AUTODENOMINAÇÃO RACIAL, RACISMO E COLORISMO NO BRASIL

No Brasil, na segunda metade do século XIX, a discussão em torno da construção de um sentimento de nacionalidade e de identidade nacional foi alcançando preponderância durante a Primeira República. Esse debate era fortemente embasado pelas teorias e doutrinas raciais europeias e tinha como principal preocupação a origem multirracial do povo brasileiro, que a essa altura era considerada fonte de contradições sociais e obstáculo à construção de uma identidade nacional.

Em 1843, em seu ensaio “Como escrever a história do Brasil”, Karl Friedrich Philipp Von Martius sedimenta no imaginário social e nas práticas científicas do país a falácia das três raças formadoras da população brasileira e por extensão, a da democracia racial no país. Seu posicionamento em relação à miscigenação entre os diferentes grupos étnicos era explicitamente hierarquizante e racista.

Cada urna das particularidades físicas e morais, que distinguem as diversas raças, oferece a este respeito um motor especial; e tanto maior será a sua influência para o desenvolvimento comum, quanto maior for a energia, número e dignidade da sociedade de cada urna dessas raças. Disso necessariamente se segue que o Português, que, como descobridor, conquistador e senhor, poderosamente influenciou aquele desenvolvimento; o Português, que deu as condições e garantias morais e físicas para um reino independente; que o Português se apresenta como o mais poderoso e essencial motor (VON MARTIUS, 1843, p. 442).

Em 1854 com o lançamento da “História geral do Brasil”, Francisco Adolfo de Varnhagen reforça esse pensamento ao passo em que defende o branqueamento como forma de extinção de índios e negros no país. As literaturas brasileira e estrangeira têm sido

praticamente unânimes em afirmar que o processo de classificação de cor/raça no Brasil vem sendo baseado na aparência e não na ascendência, o que implica no apagamento da história dos povos não normativos (NOGUEIRA, 1998). Apesar de ter havido um momento no país entre o século XVIII e XIX, em que a descendência também era levada em consideração, atualmente o que mais se tem utilizado como critério tem sido a autodenominação ou autoidentificação racial.

A escolha individual superou a definição polarizada entre negros e brancos, dificultando um reconhecimento e uma identidade em comum para os negros. Nos Estados Unidos, a classificação racial se dá de maneira dicotômica, ou se é branco ou se é negro. Já no Brasil, há ainda outras classificações como exemplo o termo pardo ou mestiço. Percebe-se uma supervalorização do termo pardo em detrimento do negro de pele escura, como mecanismo de branqueamento linguístico e relacional que escancara as bases essencialmente racistas no Brasil (SILVA, 2017).

Isso também demonstra que em terras brasileiras, o racismo se denota de formas distintas, veladas. Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeuamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeuamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas (GONZALEZ, 1983, p. 228).

Existem diversas definições sobre o que seria o conceito de racismo. Para Almeida (2018), o racismo pode ser concebido de três formas: (1) individualista (2) institucional e (3) estrutural. Essa classificação considera como critério a relação entre (1) racismo e subjetividade, (2) racismo e Estado e (3) racismo e economia. Na concepção individualista, o racismo é visto como uma “patologia”. Seria um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo que atinge grupos isolados ou ainda, uma “irracionalidade” que deve ser combatida no campo jurídico com aplicação de sanções civis ou penais. Portanto, a concepção individualista pode não admitir a existência de racismo, mas sim de preconceito, a fim de ressaltar a natureza psicológica do fenômeno em detrimento de sua natureza política. Sob esse ângulo, não haveria sociedades ou instituições racistas, mas indivíduos racistas que agem isoladamente ou em grupo.

A concepção do racismo institucional implica no resultado do funcionamento das instituições que reproduzem uma ordem social e que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, vantagens e privilégios a partir da raça. Já na compreensão estrutural, o racismo é tido como decorrência de uma estrutura social que

compreende a normatização das relações políticas, econômicas, jurídicas e familiares, dessa forma, o racismo não é uma patologia social ou um desarranjo institucional, mas sim estrutural (ALMEIDA, 2018).

O racismo já estabelecido e enraizado na cultura brasileira discrimina os sujeitos por sua origem étnica e trata de manter formas de exclusão em todos os âmbitos, seja na esfera pública ou privada. O colorismo se deriva e se fortifica nessa dinâmica, ao passo em que surge como um tipo de discriminação baseada na tonalidade de pele dos indivíduos, isto é, quanto mais escuro se é, mais preconceito se corre risco de sofrer. Esses fatores associados a traços físicos característicos tais como cabelo crespo, nariz arredondado, dentre outros, são considerados fatores determinantes na mensuração do lugar em que esses sujeitos ocupam na escala social (SILVA, 2017).

O colorismo ou pigmentocracia, é um processo comum em países que sofreram a colonização europeia e em países pós-escravocratas, como é o caso do Brasil. Ao contrário do racismo, onde a orientação para a discriminação ocorre mediante a identificação do sujeito como pertencente a determinada origem étnica, o colorismo se orienta somente pela cor de pele do indivíduo. Isso implica dizer que, ainda que haja o reconhecimento da origem étnica, a tonalidade da pele será decisiva no tratamento a ser recebido da sociedade (DJOKIC, 2015).

### **3 CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA**

Para a interseccionalidade, as vias identitárias são constituídas de marcadores sociais presentes na vida dos sujeitos. São exemplos de marcadores sociais a classe social, a orientação sexual, o gênero e raça, a nação, dentre outros. Essas características não são consideradas apenas como complementares, mas também representam sistemas de controle independentes e interativos (KING, 1989).

É importante salientar que a identidade tal qual se compreende aqui não é uma estrutura rígida, mas um ponto dentro da malha de discursos determinado pelas vivências e pela singularidade do indivíduo. A identidade está em constante transformação, uma vez que as vivências reconstróem constantemente esse lugar de afirmação do sujeito e a apropriação de novos discursos e novas subjetividades. É um exercício constante que possibilita a aquisição ou privação de poder dentro das relações sociais (TONIETTE, 2009).

O gênero, assim como a raça e a classe, é parte integrante da construção de uma identidade individual (SALDANHA; TONIETTE, 2017). Outro fator que está associado a este processo é a premissa universalizante e heteronormativa acerca da divisão social de papéis atribuída ao homem e à mulher. Mesmo o conteúdo dessa premissa variando de uma sociedade para outra, o princípio da divisão baseada no sexo é invariável: a dominação do

masculino sobre o feminino. Enquanto as atividades historicamente atribuídas ao homem são mais valorizadas, os discursos culturais evocam uma inferiorização da mulher (LIPOVETSKY, 2000).

Compreende-se que há um investimento continuado na “fabricação” de homens e mulheres. Esse processo se faz durante todo o ciclo vital dos indivíduos, isto é, desde o nascimento e do momento de nomeação como menino ou menina. Portanto, não há nada de puramente natural, trata-se de movimentos de subjetivação e da sistematização de normas que podem gerar sofrimento psíquico e social (LOURO, 2008).

Desse modo, as identidades inteligíveis, ou seja, que possuem coerência entre os quatro elementos da sexualidade, exemplificados aqui como o sexo, o gênero, o desejo e a prática sexual, estão legitimadas dentro da matriz normativa. Diferentemente das identidades ininteligíveis, que por não guardarem essa coerência com a norma binária e heterossexual, a subvertem, sendo marginalizadas, tendo direitos e legitimidade constantemente negados, abrindo espaço para discriminação e violência (BUTLER, 2003).

A família e a escola, como núcleos primários da socialização, reproduzem estereótipos, ensinando as crianças, seres humanos em formação que este é o seu destino natural. Desse modo, noções como a passividade da mulher, a incapacidade do negro, a invisibilidade da mulher negra, a inexistência de pessoas que desafiam os estereótipos de gênero vão passando de geração em geração; extrapolam a consciência e se tornam realidade por meio da repetição forçada desses comportamentos; a ideologia desumanizante e segregadora torna-se normal e seu caráter social é apagado por uma visão essencialista (SALDANHA; TONIETTE, 2017, p. 399-400).

Outro fator que compõe a identidade e a autopercepção feminina parte do controle da de sua sexualidade. Ele advém da necessidade de regular a reprodução, promove as relações sexuais ao cargo de centro da organização social humana, estabelecendo as diferenças anatômicas dos corpos como normas rígidas de comportamento, expressão e desejo. Ao mesmo tempo, a violência contra as mulheres que não respondem a esse controle se dá no âmbito institucional e no das relações interpessoais. Mas a regulação não se dá apenas pela recusa de certos comportamentos e identidades ou pela punição dos “desvios”. Ela também ocorre pela incitação de formas de vida “aceitáveis”, pelo estímulo a certos modos de construção das identidades individuais e coletivas – o elogio à beleza, ao recato e à domesticidade é uma de suas formas (CULT, 2017).

A violência sexual também faz parte da realidade das mulheres no Brasil. Historicamente, o homem se utilizou do sexo como ferramenta de afirmação social, enquanto o empregava como aparato para produzir a submissão feminina nos mais diversos contextos. Mesmo a mulher escolhendo não se relacionar com um parceiro específico, a força física dele

garantia a possibilidade de obrigar a mulher ao sexo. A partir do momento em que o homem se percebeu capaz de estuprar uma mulher por quem tivesse interesse, o consentimento e autonomia dela se tornam irrelevantes. Essa violação e intromissão ao corpo feminino é uma das bases que sedimenta o patriarcado nas sociedades até os dias atuais (BROWNMILLER, 2013).

Esses mesmos sistemas entrecruzados de violência promovem a objetificação da figura feminina e têm como um de seus principais veículos a pornografia. E é por essa ótica de objetificação sexual que a figura feminina se reduz a um ser sexual e uma mulher. Ela perde parte de sua identidade e é lida socialmente pelo prisma da vulnerabilidade.

O raciocínio não se resume à questão sexual, passando pela própria constituição do indivíduo feminino - a quem é negada a posição de ser humano pleno que é exclusivamente masculina - e se estende até questões jurídicas, que, durante muitos anos, consideraram a mulher posse do homem, seja ele pai ou marido (SALDANHA; TONIETTE, 2017, p. 397).

A objetificação tem como prerrogativa a negação da humanidade ao indivíduo. Ele se torna um objeto, um instrumento, uma coisificação (NUSSBAUM, 1995). A experiência da objetificação torna-se um elo entre todas as mulheres e as identidades se constroem e são permeadas pela vivência advinda da desumanização por meio da sexualidade. Desse modo, as diversas violências de cunho sexual contra a mulher são demonstrações de poder masculino e não uma exacerbação do desejo sexual não controlado (MACKINNON, 1989).

A identidade pode ser vista como uma espécie de encruzilhada existencial entre o indivíduo e a sociedade em que ambos vão se constituindo mutuamente. Nesse processo, o indivíduo articula o conjunto de referências que orientam sua forma de agir e de mediar seu relacionamento com os outros, com o mundo e consigo mesmo. A pessoa realiza esse processo por meio de sua própria experiência de vida e das representações da experiência coletiva de sua comunidade e sociedade apreendidas na sua interação com os outros. [...] Assim, a identidade envolve múltiplas dimensões, formas e níveis de operação, é uma categoria complexa, pois trata-se de um processo que ocorre tanto no âmago do indivíduo quanto no núcleo central de sua cultura coletiva (NASCIMENTO, 2003, p. 30-31).

Desse modo, é possível observar que a constituição da identidade feminina é um processo complexo, com diversas especificidades e permeado por relações de poder e intersecções que compõem o cenário social, não sendo possível a investigação de apenas uma categoria identitária, mas sim, uma composição de diversos aspectos numa perspectiva transversal e integrativa. O estudo da aquisição de identidade pelo sujeito é interessante para compreender como se dá o processo de localização do indivíduo na malha de discursos e, conseqüentemente, de poder. Entretanto, é somente pela exploração da organização social que se pode entender como as relações de poder se dão entre os sujeitos uma vez que cada relação é única (SALDANHA; TONIETTE, 2017).

A compreensão de que mulheres brancas e negras partem de lugares distintos e que sofrem diferentes formas de opressão se faz necessário na busca por discutir e questionar o papel das mulheres na sociedade. Ao partir do pressuposto de que não há uma categoria mulher universal, é necessário observar as nuances do que se compreende como sendo constituinte na identidade das mulheres negras, desse modo, a seção a seguir trata da constituição da identidade da mulher negra, que mesmo sendo afetada por todos os aspectos acima nomeados, ainda compreende novas opressões e especificidades.

### 3.1 CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA DA MULHER NEGRA

Desde os primórdios da história brasileira, a população negra e em especial as mulheres negras, foram atribuídas em conotações pejorativas e depreciativas, de início para a manutenção do sistema escravagista e ainda hoje são vistos resquícios desse processo. As mulheres negras durante o período da escravidão no país sofriam opressões para além da esfera laboral, eram, segundo Giacomini (1988), exploradas numa dinâmica patriarcalista brasileira, submetidas ao cargo de mãe-preta, consideradas objeto sexual dos senhores da casa grande, além de serem consideradas máquinas reprodutoras de novos escravos. Não se via a figura de ser humano associada à mulher negra, mas sim como objeto de compra, de embargo, de penhor e de venda (PEREIRA; RAMALHO, 2012).

A mulher negra enquanto escrava teve seu papel social desenvolvido dentro de uma sociedade brasileira que lhe negou direitos enquanto ser humano e lhe tirou a dignidade em todas as esferas e essas são marcas recentes na história do Brasil (PEREIRA, RAMALHO, 2012). A aparência, traços físicos, os cabelos e demais atributos encontrados nas mulheres negras, durante toda a história e construção do país, foram considerados como sinais de feiúra, a subalternidade e a invisibilidade (GELEDÉS, 1995).

As relações afetivo-sexuais das mulheres negras também são outro aspecto que demonstra as intersecções entre a questão racial e a questão de gênero. Denominado como a solidão da mulher negra, esse aspecto é pesquisado principalmente por mulheres inseridas no feminismo negro e consiste na afirmação de que mulheres negras, principalmente as de pele mais escura, são preteridas nos relacionamentos amorosos. Dados censitários averiguados por Berquó, ainda em 1987, demonstraram que a miscigenação no Brasil, ocorre pela preferência afetiva de homens brancos e negros por mulheres brancas ou de pele mais clara. Sendo assim, as mulheres negras são preteridas para uma união estável (BERQUÓ, 1987).

Ao observar a historicidade da mulher negra, há que se observar a solidão como aspecto que permeia suas relações desde o período escravagista. Isso se confere a partir do olhar acerca da solidão do seu grupo étnico que se inicia com a destituição dos meios de

produção e da autonomia sobre o próprio corpo como produtor e transformador de matéria-prima, de seus sentimentos e de seus afetos. O que se configura numa diáspora negra imposta e permeada pelo trauma e pela dor através da espoliação desses sujeitos de seu local de origem de maneira compulsória. Isso afetou o caráter das relações sociais e o processo de identidade cultural desse grupo no Brasil (SOUZA, 2008).

As mulheres negras aprenderam a negar as necessidades mais íntimas, enquanto desenvolviam a capacidade de confrontar a vida pública. É por isso que constantemente se enfatiza o “sucesso” no trabalho, mas não na vida privada. Numa sociedade racista e machista, a mulher negra não aprende a reconhecer que sua vida interior é importante. (WERNECK; MENDONÇA; WHITE, 2000).

É possível observar que desde a colonização do Brasil, houve um movimento de eugenia na constituição das relações e a maternidade, bem como a compreensão desse processo, foi permeada por fortes tentativas de higienização da raça, o que desencorajava as mulheres a terem filhos negros, com alguma limitação física ou intelectual. Esse processo foi apoiado pela medicina e por outros espaços de poder que se relacionavam à saúde e controle de natalidade (ROHDEN, 2001).

A maternidade como sendo uma das possibilidades de construção identitária feminina, acaba permeada por estereótipos que reduzem a mulher negra a um papel de cunho racista. Por vezes são nomeadas como “fortes”, “excelentes parideiras” e “boas de leite” (ASSUNÇÃO, 2017). De acordo com o Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, no ano de 2015, as mulheres negras representaram 53,6% das vítimas de mortalidade materna (MINISTÉRIO DA SAÚDE; IBGE 2015) e 65,9% das vítimas de violência obstétrica (CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA, 2014). Esses dados demonstram a violência sofrida por essas mulheres e reforçam a necessidade de mudanças estruturais na sociedade e nos espaços que deveriam promover saúde e cuidado integral a todos.

A maternidade indesejada ou compulsória, por vezes, fruto do estupro, também se torna naturalizada, reforçando a sistematização das micro e macro violências contra as mulheres. Dados do SIM acerca das causas de mortalidade materna indicam que o aborto é a quinta maior causa no Brasil, chegando a marca de 10% dos casos. No período entre 1995 e 2010, o total de mortes maternas por aborto chegou ao número de 2.010 casos, porém os dados podem ser ainda maiores, visto que por ser uma prática estigmatizada, muitas mulheres não revelam (MINISTÉRIO DA SAÚDE; IBGE 2010).

Esses aspectos fazem parte da realidade das mulheres negras no Brasil e devem ser compreendidos como fundamentais na luta por quebrar padrões comportamentais e

relacionais de cunho racista e sexista. Num país onde “a mulher negra ainda é [vista como] a gostosa do samba ou a empregada” (RIBEIRO, 2018, p. 49), esses assuntos devem ser discutidos dentro e fora da academia tanto para a desconstrução do pensamento colonizado, quanto como ato político e de responsabilidade científica.

### 3.2 RELAÇÕES ABUSIVAS

Em primeiro momento se faz importante ressaltar a diferença entre agressão, violência e abuso. A agressão pode ser entendida a partir das respostas emocionais e atitudinais como a raiva e o ódio, também pode ser concebida como um hábito aprendido por meio das relações construídas ao longo da vida ou até uma conduta caracterizada por um intuito destrutivo. As diversas definições reforçam que se trata de um conceito multifacetado e seu entendimento pode variar de acordo com cada área do conhecimento (FERREIRA, 1986).

A violência pode ser caracterizada em determinadas situações de interação onde um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, moral, em suas posses ou em suas participações simbólicas e culturais (MICHAUD, 1989).

O abuso pode ser caracterizado como físico, psicológico, verbal ou sexual. A conceituação dos mesmos se dá da seguinte maneira: (1) físico “o uso de ameaça ou força física ou restrição levada a cabo no sentido de causar dor ou injúria a outrem” (SUGARMAN; HOTALING, 2003, p. 162); (2) psicológico “um padrão de comunicação, quer verbal ou não verbal, com a intenção de causar sofrimento psicológico na outra pessoa, ou que é percebido como tendo essa intenção” (STRAUSS; SWEET, 2003, p. 69); (3) verbal perseguir; (4) sexual “uma interação sexual conseguida contra a vontade do outro, através do uso da ameaça, força física, persuasão, uso de álcool/drogas, ou recurso a uma posição de autoridade” (KOSS, 2003, p. 34).

A diferença básica entre a violência e o abuso é que o abuso tem uma conotação crônica de um comportamento não aceitável e pode envolver todos os tipos possíveis de violência e agressão, não sendo apenas com conotação sexual (OSÓRIO, 2004).

As relações abusivas, segundo Miller (1999) são caracterizadas pelo exercício do controle, sendo mais comum os homens na posição de abusadores recorrem ao abuso como ferramenta de resolução dos problemas e eliminação de suas irritações. Segundo Paiva e Figueiredo (2003), há uma recorrência significativa de atos de violência nessas relações e isto remete ao histórico de opressão de gênero e da sexualidade feminina durante a história, sendo por esses motivos, o homem a figura mais comumente associada à violência nas relações íntimas e o efeito dessa dinâmica abusiva afeta diretamente a saúde mental e física da vítima.

Trata-se de uma temática emergencial, visto que há um crescente aumento de relações caracterizadas como abusivas. Este fato pode ser verificado por meio de um estudo realizado por Oliveira et al. (2011) que revelou que 87% de uma amostra de 3000 jovens adultos de 10 estados do Brasil afirmaram ter sofrido algum tipo de abuso durante a vida. De modo geral, as várias modalidades de abuso costumam ocorrer de maneira inter-relacionada.

As relações abusivas e sua manutenção devem ser observadas sob uma ótica multicausal, ligados a diversos fatores, tais como o histórico de relações familiares, autoestima, controle emocional, controle financeiro, questões raciais, sexismo, dentre outros elementos. Desse modo, não existe a possibilidade de indicar resoluções simplistas para a complexidade exigida em casos como estes.

### 3.3 LUGAR DE FALA

Na busca por dar voz a essas especificidades que constituem a identidade e subjetividade humana, o conceito de lugar de fala vem sendo utilizado por ativistas dos movimentos feministas, negro e LGBTI. Esse conceito vai de encontro ao conhecimento produzido e reforçado pela epistemologia hegemônica. A hipótese é que o termo tenha surgido da tradição de se discutir a partir do ponto de vista feminista, da teoria racial crítica, da diversidade e do pensamento colonial.

O feminismo negro especificamente tem como um de seus objetivos principais demarcar esse lugar de fala, uma vez que as realidades podem não ser visíveis ao se observar o modo como se tem feito ciência e como se tem olhado para populações que não fazem parte do conjunto hegemônico pregado e reforçado por instituições acadêmicas e sociais vigentes. “As narrativas das mulheres negras como ato de restituir humanidades negadas estabelece uma crítica da hierarquização dos saberes como produto da classificação racial, demonstra que o modelo valorizado e universal de ciência é branco, eurocristão e patriarcal” (PEREIRA, 2018, p. 154).

Em seu livro “O que é lugar de fala?” Djamila Ribeiro traz um delineamento histórico e epistemológico acerca da conceituação do termo e destaca que mulheres negras são consideradas o *Outro do Outro*, uma vez que “por não serem nem brancas e nem homens, ocupam um lugar muito difícil na sociedade supremacista branca por serem uma espécie de carência dupla, a antítese de branquitude e masculinidade” (RIBEIRO, 2017, p. 39). Nessa perspectiva não se deve negar uma identidade para afirmar outra, mas que é preciso haver um reconhecimento das diferenças e a noção de que mulheres brancas e negras partem de lugares e histórias diferentes. “Não demarcar esses lugares e seguir ignorando que existem pontos de partidas diferentes faz com que mulheres brancas, por exemplo, continuem incapazes de

perceber sua responsabilidade com a mudança social e, conseqüentemente, reproduzam opressões contra as mulheres negras” (PEREIRA, 2018, p. 155).

Lugar ou posição de fala não se refere necessariamente ao ato de dizer algo, mas se trata de um conceito que parte da perspectiva de que as visões de mundo se apresentam desigualmente posicionadas. “Não estamos falando de indivíduos necessariamente, mas das condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania” (RIBEIRO, 2017, p. 61). Desse modo, deve-se observar as dinâmicas sociais a partir da localização desses grupos nas relações de poder que estão estabelecidas, levando-se em consideração a presença dos marcadores sociais, tais como a raça, a classe, o gênero, a geração e a sexualidade. Ter o olhar atento a essas especificidades auxilia a verificar como esses elementos se inter-relacionam nas múltiplas construções da estrutura social. Não diz respeito a negar as experiências individuais, se refere ao reconhecimento do *locus* social e da reflexão de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência. Pensar o lugar de fala é uma postura ética.

## 4 METODOLOGIA

Nesta seção, será exposto o fluxo metodológico utilizado, contendo todas as etapas deste estudo.



Figura 1. Fluxo Metodológico do Estudo

### 4.1 DESENHO DE ESTUDO

Tratou-se de uma pesquisa aplicada de abordagem qualitativa, com objetivo metodológico de linha exploratória. Como procedimento metodológico, utilizou-se da pesquisa de campo com a técnica de grupo focal como método de coleta de dados.

### 4.2 LOCAL E PERÍODO DE REALIZAÇÃO

A pesquisa foi realizada no Centro Universitário Luterano de Palmas - CEULP, localizado na Avenida Teotônio Segurado, 1501 – Plano Diretor Sul, Palmas – TO, CEP 77019-900, na sala 241, Prédio 2. Quanto às datas e horários, foram levados em consideração a rotina e eventos que poderiam ocorrer no local escolhido, além da aprovação do projeto junto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do CEULP. Desse modo, a coleta de dados ocorreu nos dias 07 e 14 de agosto de 2018, às terças-feiras, no horário das 17h às 18h30.

### 4.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Tiveram-se como população de estudo mulheres brancas e negras, com idade mínima de 18 anos, residentes em Palmas - TO. O universo constituiu toda a população de mulheres brancas e negras residentes de Palmas - TO que se encaixavam na referida faixa etária.

O contato entre a pesquisadora e as participantes do estudo foi por intermédio de *folders* de divulgação – disponível em apêndices - veiculados nas redes sociais *Facebook* e *Instagram* e via contato pessoal e verbal. A amostra foi aleatória, não vinculada a nenhuma instituição. Não houve recompensa financeira para a população que se propôs a participar da pesquisa. Quanto à representatividade da amostra nessa pesquisa, é importante ressaltar que sua composição teve um caráter qualitativo, sem a preocupação numérica posto que a abordagem qualitativa se compromete com a compreensão e o entendimento do fenômeno inserido em um contexto particular e, sendo assim, a representatividade estatística não é o mais importante (TRAD, 2009; GONDIM, 2003).

#### 4.4 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Como critério de inclusão da amostra, foi observado o interesse da mulher em participar do grupo, ter a idade mínima de 18 anos e a apresentação do TCLE devidamente assinado em tempo hábil. Não será critério de exclusão a não participação das mulheres em um dos encontros. Desse modo, a participante pode frequentar os dois encontros ou apenas um, contanto que assine, após a leitura e esclarecimentos prévios, o TCLE. Como critério de exclusão teve-se a não compatibilidade de dias e horários dos encontros.

#### 4.5 VARIÁVEIS

Aspectos como gênero, identidade de gênero, orientação sexual, classe socioeconômica, raça, religião e idade podem influenciar as informações e dados a serem coletados durante a pesquisa. Contudo, a técnica de grupo focal pode não permitir identificar nexos causais e correlacionais mais precisos entre variáveis, na medida em que é uma técnica de corte transversal, com baixo controle de variáveis (TRAD, 2009).

#### 4.6 INSTRUMENTOS DE COLETAS DE DADOS, ESTRATÉGIAS DE APLICAÇÃO, REGISTRO, ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio da técnica de grupo focal, sendo este o principal meio de coleta de dados utilizado neste trabalho. Contudo, na busca por fomentar a discussão acerca dos temas gênero, raça e classe, além da constituição identitária feminina, foi utilizado no primeiro encontro o vídeo com o título “Djamila Ribeiro: "Não dá para falar de gênero sem discutir raça e classe" (Casa Tpm 2017)” disponível em (<https://www.youtube.com/watch?v=Ki2SC6iDa08>). Após o vídeo, a pergunta “Diante do conteúdo exposto em vídeo, vocês conseguem identificar situações em suas vidas cotidianas que remetam a essas temáticas?” foi lançada com vistas a fomentar a discussão, que ocorreu no dia 07/08/2018 das 17h às 18h30 na sala 241 do prédio dois, no CEULP/ULBRA. Os

principais temas abordados neste primeiro momento foram: lugar de fala, autodenominação racial e depoimentos acerca das intersecções entre o ser mulher e a raça.

No segundo encontro, realizado no dia 14/08/2018 das 17h às 18h30 na sala 241 do prédio dois, no CEULP/ULBRA, foram utilizadas imagens, reportagens e pesquisas que remetiam aos temas propostos numa apresentação em *power point* e após a leitura conjunta do material, o grupo iniciou a discussão sobre as impressões acerca do que foi visto. Como principais temáticas discutidas tiveram-se as relações abusivas para além da esfera afetivo-sexual, depoimentos acerca desse aspecto também incorporaram a discussão, além da autopercepção acerca do que é ser mulher.

O registro de dados foi realizado por meio de anotações em caderno que foi adquirido para esta única finalidade e contou com a assistência de uma acadêmica do curso de psicologia que cursou as disciplinas de Teorias e Técnicas de Dinâmica de Grupo e Intervenção em Grupos. Teve-se este aspecto como prerrogativa, posto que ao experienciar teorias e vivências grupais, esta acadêmica poderia auxiliar no manejo do grupo de modo assertivo.

O recurso do gravador de áudio foi utilizado mediante autorização de todas as participantes do grupo num acordo preestabelecido antes do início das discussões. A análise dos dados foi feita por meio do método Análise de Discurso (AD), caracterizado como uma técnica de pesquisa qualitativa que propicia uma análise da fala e o sentido que esta carrega (CAREGNATO; MUTTI, 2006). A abordagem de AD utilizada foi a Psicologia Discursiva, onde são observados os padrões na linguagem, associados a determinada temática ou atividade, isto é, os assuntos são agrupados em uma espécie de família de termos específicos e os significados a eles atribuídos. Essa abordagem entende a linguagem como situada dentro de um contexto social e cultural, e não apenas nas interações (NOGUEIRA, 2008).

A Psicologia Discursiva enquanto método de análise do discurso está baseada em dez etapas, que mesmo não sendo consideradas sequenciais, apresentam-se de maneira didática para a compreensão das várias questões e tarefas comuns ao trabalho da análise. Essas etapas revelam um conjunto de cuidados e decisões tomadas pela pesquisadora neste trabalho (ANTAKI et al., 2003).

Desse modo, a (1) primeira etapa consistiu em averiguar quais as questões da pesquisa deveriam estar relacionadas ao discurso, sua construção e função, isto é, como ele se organiza e o que realiza na vida social. A (2) segunda etapa se referiu a seleção do material a ser

analisado e utilizado no referencial teórico. A (3) terceira etapa correspondeu à coleta de registros e documentos que embasaram o trabalho. A (4) quarta etapa se referiu a realização do grupo focal e a (5) quinta etapa a transcrição do que foi falado nos encontros do grupo. Na (6) sexta etapa houve a codificação do material transcrito, que foi categorizado em eixos temáticos, já na (7) sétima etapa, foi realizada a análise do material e a verificação do padrão identificado nos dados. A (8) oitava etapa consistiu na validação das interpretações analíticas por meio da verificação da coerência das afirmações analíticas com base no grau de orientação delas em relação ao posicionamento das participantes e pela capacidade de gerar novos problemas e explicações. A (9) nona etapa se referiu ao relato da pesquisa, sua estruturação e forma de apresentação dos dados obtidos. E por fim, a (10) décima etapa consistiu na aplicação do conhecimento adquirido nas análises a fim de produzir criticidade acerca dos temas abordados (NOGUEIRA, 2008).

Após apresentação dos dados por meio da descrição de falas e a discussão fundamentada em referencial teórico, também foi utilizado um software para análise de dados textuais. O *software* IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*) desenvolvido por Pierre Ratinaud (2009). Ele integra em seu ambiente o pacote estatístico do software R e a linguagem *python*. É uma ferramenta que permite análises estatísticas em corpos individuais e também permite agrupá-los em formas textuais e tabuladas.

O IRAMUTEQ possibilita os seguintes tipos de análises: estatísticas textuais clássicas; pesquisa de especificidades de grupos; classificação hierárquica descendente; análises de similitude e nuvem de palavras. Neste trabalho foram aplicadas as análises textuais clássicas, a análise de similitude e a nuvem de palavras. Baseado nisso, possibilita identificar e apresentar as ocorrências, frequência e segmentos de termos em corpos de textos. De modo a compreender o padrão lexical encontrado nas falas das participantes, o programa identificou e formatou as unidades textuais e as transformou de Unidades de Contexto Iniciais (UCI) para Unidades de Contexto Elementares (UCE). Nesse processo foi possível identificar a quantidade de palavras, a frequência média e o número de *hapax* (palavras com frequência um). (CAMARGO; JUSTO, 2013).

#### 4.7 ASPECTOS ÉTICOS

Esta pesquisa se resguardou de acordo com os princípios e diretrizes da ciência psicológica, devidamente regulamentada pelo Código de Ética do psicólogo. Obedeceu aos

critérios da Resolução 466/2012, que trata da normatização de pesquisas com seres humanos e foi cadastrada na Plataforma Brasil, submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP) e obteve parecer favorável no dia 14/06/2018. A comprovação desta informação pode ser verificada através do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) de número 90995318.0.0000.5516.

Sendo a psicologia uma ciência que considera o ser humano como um ser biopsicossocioespíritual, o referido estudo se firmou no respeito as diversidade culturais, religiosas, ideológicas, sexuais, socioeconômicas, além de prezar e respeitar as subjetividades de todas as mulheres incluídas na pesquisa. O anonimato das participantes e o sigilo com as informações e dados pessoais divulgados nos encontros realizados no formato de grupo focal foram devidamente respeitados, o que evitou possíveis danos à instituição, as participantes, aos familiares e/ou amigos das envolvidas. A pesquisadora ressaltou a importância desses aspectos em cada encontro ao alertar da necessidade de respeitar as histórias e vivências de cada mulher por meio do sigilo, da escuta empática e do não julgamento.

A instituição foi contatada por meio da apresentação do projeto e assinatura da Declaração de Instituição Participante para a submissão ética. Logo após a aprovação do projeto pelo CEP, houve a confecção dos *folders* de divulgação para a captação das possíveis participantes. No dia 07/08/2018, sete mulheres confirmaram participação para o encontro e dia 14/08/2018, 6 mulheres confirmaram presença.

No primeiro contato direto com as participantes, a pesquisadora apresentou-se e apresentou sua pesquisa, informando-lhes acerca dos TCLE's e explicando detalhadamente do que se tratava o projeto, a participação na pesquisa, as datas, horários e local dos encontros. Foi esclarecido que não haveria nenhuma remuneração financeira ou gratificação para quem se dispusesse a participar da pesquisa, mas que elas seriam ressarcidas com o valor de duas passagens de ônibus, caso utilizassem o transporte público para chegar até o local da pesquisa.

Ainda nessa etapa, cada mulher assinou o TCLE e o entregou antes do início do primeiro encontro. Esse processo foi realizado também no segundo encontro, visto que uma mulher que compareceu ainda não havia participado do primeiro encontro e, portanto, não haviam assinado o TCLE. É importante ressaltar que as mulheres participantes da pesquisa não eram obrigadas a participar dos dois encontros e que sua não participação no primeiro encontro não a impossibilitaria de participar do segundo encontro.

Toda a discussão foi proposta, possibilitada e fomentada nos dois encontros se fez por meio da técnica de grupo focal, que permite a emissão de opiniões, sentimentos e emoções

sobre os temas propostos, sem a necessidade de exposição de dados e informações da vida privada. Apesar de orientadas a esse respeito, as participantes se sentiram confortáveis para partilhar detalhes da vida pessoal que ilustravam seus sentimentos, opiniões e ações referentes aos temas nos encontros. Foi então ressaltada então a importância do sigilo e do comportamento ético, do respeito à diversidade e divergência de pensamentos, além do respeito ao momento de fala de cada mulher.

Caso houvesse a procura de alguma participante acerca de serviços de ordem psicológica à pesquisadora, essa deveria informar os serviços de psicologia disponíveis na cidade de Palmas - TO, tanto no âmbito privado, como no âmbito público, como exemplo, o Serviço de Psicologia (SEPSI) do CEULP. Além disso, a pesquisadora acompanharia a(s) participante(s) até a devida efetivação de atendimento junto ao serviço que melhor se adequasse às necessidades ditas pela(s) participante(s). Contudo, nenhuma participante mencionou tais demandas.

Os resultados da pesquisa serão apresentados à instituição e às participantes do grupo focal, pois conforme a Resolução 466/2012, em seu Artigo III, afirma que “quando, no interesse da comunidade pesquisada, houver benefício real em incentivar ou estimular mudanças de costumes ou comportamentos, o protocolo de pesquisa deve incluir, sempre que possível à disposição para comunicar tal benefício às pessoas e/ou comunidades” (BRASIL, 2012). Caso haja o descumprimento de algum desses aspectos, a pesquisadora poderá responder de acordo com as leis municipais, estaduais e federais.

A apresentação dos resultados se dará por meio de códigos para indicar as falas de cada participante, a saber, M1, M2 M3, M4, M5, M6, M7 e M8. Essa medida foi tomada com a finalidade de proteger a identidade das participantes, bem como, organizar os dados coletados. Os assuntos abordados no referencial teórico e nos resultados deste trabalho foram dispostos em núcleos temáticos e ordenados conforme o tempo tomado e a ênfase dada durante as discussões. Portanto, a sequência dos assuntos se deu de acordo com o tempo disposto pelo grupo em cada núcleo temático. De semelhante modo, as falas tiveram como critério de escolha, a relação direta com as temáticas abordadas em cada discussão.

#### 4.7.1 Riscos

Foi considerado como possíveis riscos, o sofrimento psíquico das participantes durante os encontros do grupo focal, a possibilidade da exposição de dados pessoais ou quaisquer outras situações de ordem da vida privada dessas mulheres, além de uma possível quebra de sigilo. Com o objetivo de prevenir esses riscos, a pesquisadora fez esclarecimentos prévios

quanto à importância do respeito às diversidades em seus mais diferentes aspectos e expressões, bem como o respeito aos discursos que poderiam ser desenvolvidos, além da importância do comportamento ético das participantes.

Foi orientado pela pesquisadora que a qualquer momento, se alguma das participantes não se sentisse à vontade para permanecer no ambiente, poderia se retirar ou se não estivesse bem em relação ao que estava sendo discutido, poderia dizer que não se sentia em condições de falar sobre o referido assunto ou poderia permanecer em silêncio. A pesquisadora se dispôs a acolher as participantes de modo individual, caso fosse necessário, contudo, sem fins de ordem psicoterapêutica, mas sim com vistas à diminuição de possíveis tensões e/ou desconfortos causados pelos encontros.

Para evitar que os riscos acima citados se tornem danos, a pesquisadora poderá acompanhar as participantes que declararem a necessidade de suporte psicológico e/ou social em instituições que ofereçam atendimento psicoterapêutico, como exemplo o SEPSI sito Quadra 108 Norte Alameda 2, 12 - Plano Diretor Norte, em Palmas - TO, além de serviços de apoio comunitário e fortalecimento de vínculos, como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) mais próximo à residência da participante, caso esta procure auxílio devido ao que foi tratado durante os encontros do grupo focal.

#### 4.7.2 Benefícios

Como benefícios, em curto prazo, foram visualizadas a possibilidade de discussão e reflexão acerca dos temas discutidos nos encontros do grupo focal. Em médio prazo, as participantes serão beneficiadas indiretamente com a produção de conhecimento científico, possibilitada pela observação da dinâmica relacional do grupo e da coleta de dados realizada por meio da discussão dos temas propostos.

#### 4.7.3 Desfechos

##### 4.7.3.1 Primário

Como desfecho primário, considerou-se a inter-relação entre o referencial teórico e os dados coletados por meio da técnica de grupo focal e por meio disto, a discussão acerca das possíveis relações entre gênero, raça e classe na constituição da identidade de mulheres brancas e negras residentes em Palmas - TO. A produção de conhecimento científico acerca das temáticas supracitadas será utilizada como produto do trabalho, havendo a possibilidade de publicação em meios científicos.

##### 4.7.3.2 Secundário

Como desfecho secundário, considerou-se a possibilidade de abertura de espaços de diálogo que abordem estes temas com populações diferentes, tais como as mulheres indígenas, mulheres transexuais, dentre outros públicos, bem como em diferentes localidades.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De forma a melhor organizar este trabalho, os resultados e as análises possibilitadas por meio da coleta de dados foram dispostos em núcleos temáticos conforme abordados nos encontros do grupo focal. Ao final de cada subtópico, imagens são exibidas, contendo a síntese de cada assunto abordado. Foram utilizados trechos de falas das participantes, que tiveram como critério de escolha, a relação direta com as temáticas abordadas em cada discussão.

A apresentação dos temas nesse estudo se deu pelo critério de maior tempo de discussão nos encontros, ou seja, os temas mais discutidos nos dois encontros foram dispostos numa sequência hierárquica e temporal, onde as discussões sobre lugar de fala obtiveram maior período de tempo, seguidas por relações abusivas e a autodenominação racial. Diante do surgimento de cada tema principal, também foram incorporados à discussão, subtemas relacionados, o que gerou uma rede de relações entre cada tema. Ao final desta seção, no item 5.5, serão apresentadas a análise textual, a análise de similitude e a nuvem de palavras de acordo com as falas selecionadas por meio de critérios descritos anteriormente.

Esta pesquisa teve por objetivo verificar a relação entre os temas gênero, raça e classe na constituição da identidade de mulheres brancas de negras de Palmas – TO por meio de grupo focal com dois encontros. Foi possível observar engajamento e integração das participantes, visto que demonstraram estar confortáveis para compartilhar experiências, sentimentos e sensações referentes às temáticas acima supracitadas.

<b>Caracterização das participantes e frequência no grupo focal</b>				
Identificação da Participante	Autodenominação Racial	Idade	Frequência no Primeiro Encontro (07/08/2018)	Frequência no Segundo Encontro (14/08/2018)
M1	Negra	18	Compareceu	Não compareceu
M2	Negra	18	Compareceu	Não compareceu
M3	Branca	27	Compareceu	Compareceu
M4	Branca	19	Não compareceu	Compareceu
M5	Conflito em relação a sua identidade racial	19	Compareceu	Compareceu
M6	Branca	19	Compareceu	Compareceu

M7	Negra	21	Compareceu	Compareceu
M8	Branca	24	Compareceu	Compareceu

Tabela 1. Caracterização das participantes e frequência no grupo focal

Diante das informações apresentadas, concluiu-se que houve a participação de oito mulheres, sendo que três se autodenominaram como mulheres negras e quatro disseram se considerar como mulheres brancas e uma participante afirmou estar num conflito em relação a sua identidade racial. Duas participantes não compareceram ao segundo encontro e as idades variaram entre 18 e 27 anos.

Em linhas gerais, houve ênfase e preocupação quanto ao lugar de fala, especialmente ao adentrar em temáticas e vivências voltadas à raça. Também foi possível verificar, especialmente no decorrer do primeiro encontro, críticas ao papel socialmente imposto às mulheres, além de uma apropriação dos discursos advindos de algumas vertentes do feminismo. Faz-se necessário ressaltar que os principais assuntos abordados foram a lugar de fala, relacionamentos abusivos e autodenominação racial, respectivamente. O último encontro teve como falas de encerramento, a autopercepção feminina sobre o que é ser mulher na sociedade.

Não foi identificado nenhum comportamento de desrespeito às diversas opiniões expressas nos encontros ou que ferisse a dignidade e o direito das participantes. Notou-se uma facilidade em abordar novos temas e iniciar novas discussões, o que demonstra o interesse do grupo nas temáticas desenvolvidas durante os encontros. Tais informações podem ser atribuídas a grupos integrados e engajados. Foi observada boa oralidade em cada participante, assim como uma exposição de ideias de maneira fluída e com algum embasamento em vertentes específicas do feminismo, como citado acima, o que demonstra maior engajamento em causas sociais, como foi possível notar pela fala de uma das participantes que afirmou “eu tomei conhecimento dos encontros por causa do grupo no ‘whats’ do BREJO, que é a sigla ‘pra’ o coletivo de mulheres lésbicas e bissexuais de Palmas - TO” (M1).

Faz-se importante ressaltar que o grupo foi caracterizado por mulheres jovens, todas acadêmicas de cursos do ensino superior, autodenominadas como mulheres brancas ou mulheres negras de pele clara. Não se trata de mulheres periféricas, negras de pele escura ou que tiveram problemas para ter acesso à internet ou ainda, que tiveram seu direito à educação violado. Trata-se de um grupo privilegiado em muitos aspectos, o que pode não retratar, em algum nível, a realidade brasileira.

## 5.1 LUGAR DE FALA

Durante a maior parte do primeiro encontro, a temática sobre o lugar de fala foi o assunto mais tratado. Observou-se uma preocupação das participantes em não invadir espaços específicos e vivências umas das outras. Esse movimento também foi observado durante o segundo encontro, mas com menor ênfase verbal e maior demonstração na relação grupal, isto é, na escuta ativa de cada participante para com a fala da outra, a não interrupção e no colocar-se numa posição de não saber acerca das experiências de vida e identitárias de cada uma.

Eu não me considero negra, nunca me considerei, minha pele é clara e mesmo meus cabelos sendo cacheados, eu sei que nunca vou passar pelo que mulheres de pele escura e cabelo crespo passam diariamente. Por isso eu evito falar nesses momentos e gosto de ouvir das experiências dessas mulheres, esse é o lugar de fala que eu não posso assumir (M3).

Esse movimento é percebido e vem sendo influenciado por sujeitos envolvidos na defesa dos direitos humanos e demais ativistas de diversos movimentos sociais que buscam evidenciar através da escuta e do respeito às experiências e a vida dos sujeitos acerca do protagonismo de fala em suas especificidades e no contar de suas dores (PEREIRA, 2018).

Djamila Ribeiro (2017) ressalta a importância de se observar esses aspectos, visto que das diversidades que circundam a categoria mulher na sociedade, não se pode negar a especificidade de uma em detrimento da afirmação de outra. Nesse entendimento, é preciso reconhecer e respeitar às diferenças e a prerrogativa de que mulheres brancas e mulheres negras partem de posições distintas.

Essa questão do lugar de fala, sempre pegou muito pra mim, porque eu não me considero parda, mas também não sou branca. Então eu tento recuar meu lugar de fala sempre a uma mulher negra de pele mais clara, que tem muito mais 'passabilidade' do que uma mulher negra da pele mais escura. Eu reconheço minhas 'passabilidades', eu reconheço que ter a pele mais clara, o cabelo cacheado e não crespo, me colocam numa posição de maior privilégio (M2).

O discurso de M2 tem sido uma pauta recorrente nas agendas do movimento feminista negro e é nomeado como colorismo ou pigmentocracia. Entende-se por esse termo o preconceito racial e a exclusão social, caracterizados pelo tom de pele. Desse modo, embora o racismo exista como forma de discriminação baseada em diferentes origens étnicas, o colorismo surge como uma maneira de exclusão social que considera as diferentes tonalidades de pele, segregando aqueles que possuem uma tonalidade da pele mais escura (SILVA, 2017).

Considera-se como preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas

manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de *marca*; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de *origem* (NOGUEIRA, 2007, p. 292).

A todo o momento, pessoas negras são encorajadas pelo sistema social e capitalista a se embranquecerem para serem aceitas e esse branqueamento é percebido na miscigenação, onde há o incentivo da união entre pessoas negras e brancas para que os filhos nasçam cada vez mais claros. Além desse processo, também ocorre à aculturação, onde o que remete a cultura negra é substituído por padrões eurocêntricos. Um exemplo claro desse movimento é a demonização de religiões de matriz africana (SILVA, 2017). Pode-se observar esse aspecto na seguinte fala: “O tempo todo, as pessoas tentaram me embranquecer e me feminizar me fazendo negar a umbanda, alisar meu cabelo e usar roupas mais femininas” (M2).

Até minha família vem tentando tirar minhas práticas religiosas a todo custo. Eu sigo os preceitos da umbanda, uma religião de matriz africana. Mas quando vemos pessoas brancas praticando, usando as roupas, o tratamento é diferente. Quando uma pessoa negra porta esses objetos, geralmente é vista de modo negativo (M2).

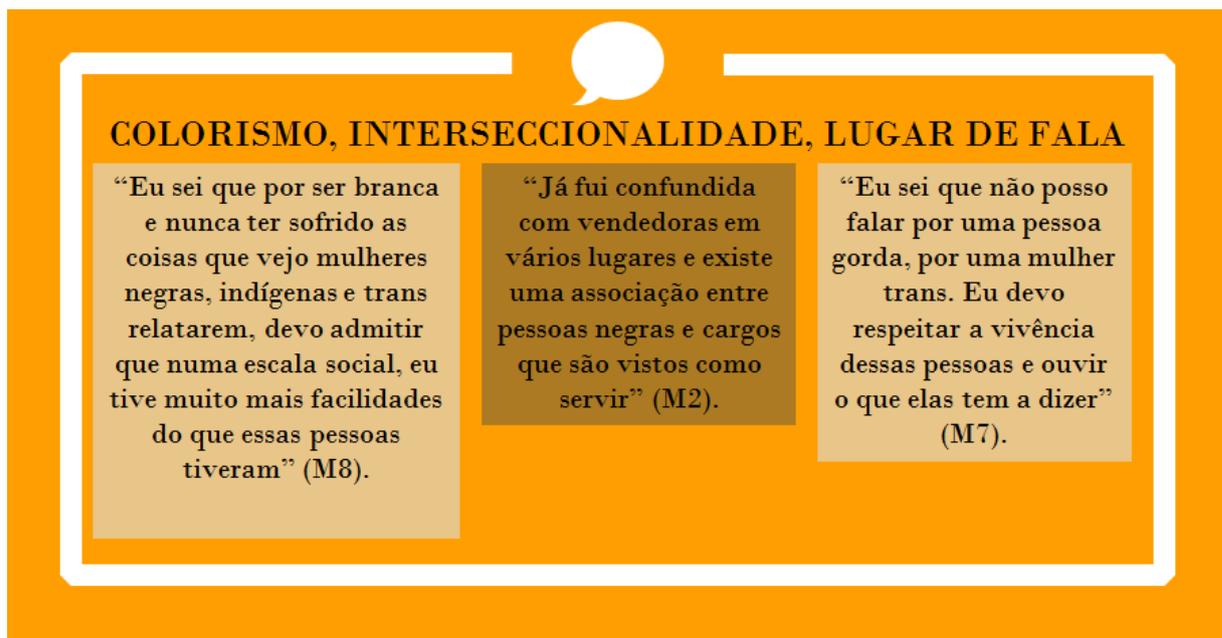


Figura 2. Colorismo, Interseccionalidade, Lugar de Fala.

Numa ótica interseccional, mesmo sendo o patriarcado uma das bases que fundamentam as opressões contra as mulheres, ainda sim, mulheres negras estão estruturalmente posicionadas em dinâmicas sociais que as possibilitam de serem atingidas simultaneamente e repetidamente por marcadores sociais que vão além da raça e da identidade de gênero, podendo atingir o imaginário social a ponto de delimitar espaços onde essas pessoas podem ou não se inserir (AKOTIRENE, 2014).

A participação do negro no sistema produtivo está caracterizada pela concentração desproporcional nos setores de atividades que absorvem mão de obra menos qualificada e pior remunerada. Por sua vez, os fatos mencionados determinam uma participação altamente desigual de brancos e negros na distribuição de renda e na esfera do consumo do produto social (GONZALEZ, 1982, P. 98).

O colorismo, como sendo uma ramificação do racismo no Brasil, se apresenta de várias formas. Um exemplo desse processo pode ser observado na fala de M2, quando cita ter sido confundida com vendedoras em vários locais em que estava como cliente. A associação do negro com atividades que indicam a servidão denota claramente um preconceito de marca, isto é, aquele que é pautado no fenótipo, nas características físicas de sujeitos negros (NOGUEIRA, 2007). Reconhecer os privilégios de não estar incluído nessas classificações se faz importante na atual conjuntura política e cultural em que o Brasil está hoje inserido, gerando espaços de diálogo críticos e reflexivos acerca do que é ser um sujeito no mundo.

Uma vez, eu estava no shopping com um amigo negro. Estávamos saindo de uma loja quando o alarme tocou, daí vieram os seguranças da loja com muita agressividade e começaram a questionar meu amigo. Eu estava do lado dele, mas em nenhum momento se dirigiram a mim. Isso é privilégio, isso é ser branca numa sociedade racista. Se eu não sinto nenhum tipo de opressão ou sofrimento por causa da minha cor, porque eu vou dizer que sou negra?! (M8).

Durante as falas das participantes, foi possível observar que havia um posicionamento crítico acerca das diferentes formas de ser mulher na sociedade atual, porém, compreende-se que essa perspectiva não é hegemônica no Brasil, apesar de muitos esforços advindos de movimentos sociais. “As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras” (CARNEIRO, 2011, p. 1). Esse aspecto pode ser observado na seguinte trecho:

Eu estudo em uma sala onde só tem pessoas brancas, sou bolsista e eu percebo que o diálogo sobre essas temáticas é muito distante dessa realidade em que vivo. Até os professores fazem piadas machistas, racistas e nada é feito. São comentários muito naturalizados. Se eu paro pra ver quantas professoras mulheres e negras eu tenho, a resposta é zero (M1).

A luta de muitas ativistas dentro do movimento feminista negro tem sido em prol do reconhecimento acerca da situação do seguimento negro na sociedade brasileira. A todo o momento se faz importante e necessária a ocupação de espaços políticos, mas nem sempre isso se mostra possível, pois muitos espaços ainda não são acessados por pessoas negras (GONZALEZ, 1988).

## 5.2 RELAÇÕES ABUSIVAS

Este tema foi abordado no segundo encontro e perdurou até a finalização. Durante todo o tempo, as participantes demonstraram estar fortemente afetadas pelo assunto e o apoio grupal se intensificou em cada fala. Os relacionamentos abordados foram de ordem amorosa e familiar. Além da violência verbal, também foi possível verificar que essas relações se constituíam como abusivas de outras formas, seja pela violência psicológica, seja pela violência física, conforme uma das participantes revelou.

Eu não fiz as pazes com as minhas dores, eu não aceitei o meu sofrimento. Porque eu poderia não ter passado por isso. Porque as pessoas ficam dizendo que as coisas que a gente passa nos constituem, mas eu não precisava ter passado por tanta violência e ainda por cima no lugar em que eu deveria ser protegida que era a minha casa. Eu fui abusada sexualmente e não, eu não aceito essa dor (M5).

Para Saffioti e Almeida (1995), ao conceituarem a violência de gênero, afirmam que se trata de um tipo específico de violência que visa à preservação e manutenção de uma organização social de gênero. Ela está fundamentada numa hierarquia que denota desigualdade de lugares sociais. É produzida nas relações de poder com o objetivo de controlar quem tem menor parcela de poder e revela, ainda, a impotência de quem a perpetra para exercer a exploração-dominação pelo não consentimento de quem sofre a violência. Esse aspecto pode ser observado na seguinte fala:

Eu fui pra casa de um menino, já imaginava que a gente ia ficar pelo que a gente tinha conversado só que eu fui pra casa dele e não queria fazer mais nada além de beijar ele, só que ele forçou muito a barra. Ele chegou a me segurar forte, usando muita força. Ele insistiu tanto que chegou a colocar o p\*\* dele pra fora e falou: então só me dá uma chupada. Os homens não escutam o nosso “não” e quando fui falar disso com as pessoas, ninguém me deu crédito e chegaram a falar que se eu fui pra casa do cara já devia saber que teria que transar com ele (M5).

A violência de gênero e as relações abusivas concentram-se em agressões, sejam estas, físicas ou verbais, que transcendem a esfera privada e se naturalizam em comportamentos socialmente definidos como masculinos e naturalizados culturalmente (CASIQUE, FUREGATO, 2006).

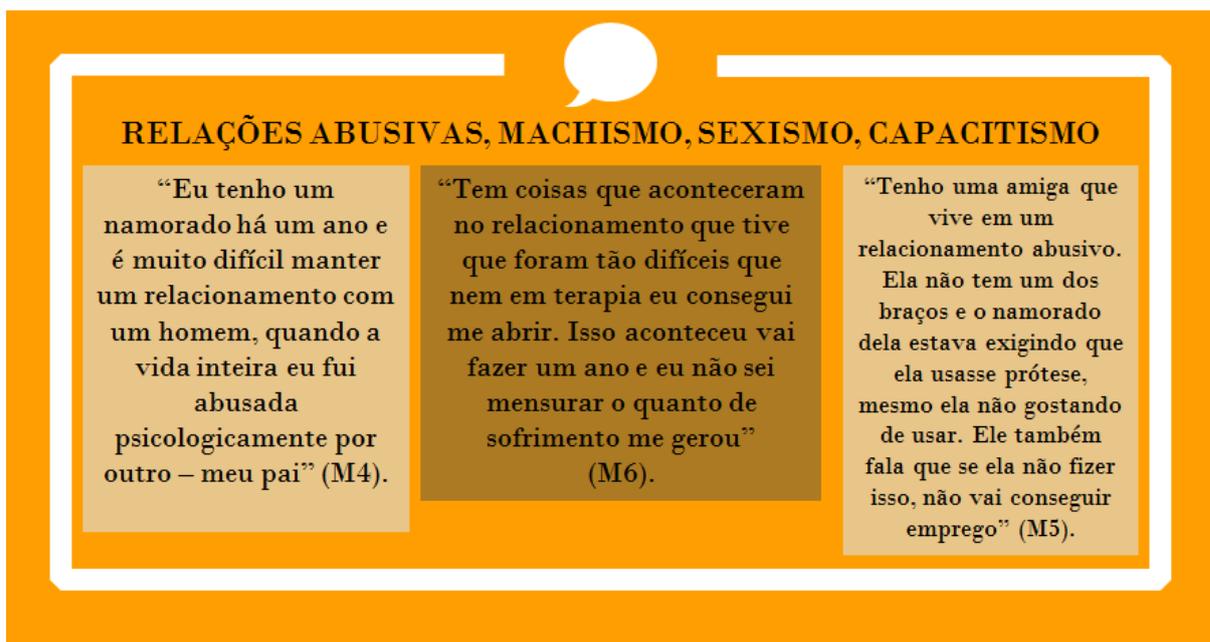


Figura 3. Relações Abusivas, Machismo, Sexismo, Capacitismo.

Outras falas como a de M5 revelaram que a violência perpassa as questões de gênero e se funde com aspectos ligados a raça. Relatos de M1, logo abaixo descrito, exemplificam o que Saffioti (1999) afirma acerca da violência interpessoal, social e familiar. Para esta autora, a categoria gênero e sua predominância não existem de maneira abstrata, mas se articula com outras categorias como a classe e a raça (SAFFIOTI, 1999). Essa dinâmica impacta de maneira significativa os modos de se relacionar e as hierarquias sociais são dispostas desde o seio familiar, até as relações empregatícias e interpessoais de modo geral.

Eu percebo o quanto a família por parte de pai é abusiva com minha mãe por causa da cor da pele. É como se eles não legitimassem o casamento dos meus pais por ela ser negra. Cheguei a ouvir da minha avó que ela queria que meu pai tivesse esperado para casar com uma mulher mais clara. Também senti o peso dessa violência porque eu sou fruto dessa relação (M1).

Ainda hoje, no campo das representações sociais, “o princípio da existência da masculinidade baseia-se na repressão necessária dos aspectos femininos” (SCOTT, 1991, p.01). Isso implica em configurações de masculinidades permeadas pela lógica do controle e do poder nas esferas pública e privada.

Sempre tentei me resguardar dos homens, fui criada assim, as mulheres da minha família e até meu pai sempre me disseram que homem não presta. Eu passei muito tempo da minha vida selecionando muito bem com quem eu iria me relacionar e mesmo assim sofri em relações abusivas. Todas as escolhas que eu fiz achando que seriam menos dolorosas se mostraram fracassadas (M6).

As vivências de mulheres que passaram por relações abusivas demonstram o impacto dessas violências no modo como passam a experienciar a vida.

A última experiência que eu tive foi muito traumática e eu acho que eu não sei dizer ainda a extensão dos impactos que essa relação teve em mim porque eu até hoje sinto. Começou basicamente com esse clichê que a gente escuta: o cara chega de mansinho, te oferece o mundo e diz o quanto você é especial e apesar de não crer em tudo que ele fala, a gente acaba achando que ele não será capaz de nos trazer tanto sofrimento, a única coisa que eu esperava era o mínimo de respeito por estar me relacionando com alguém e o tempo todo que me relacionei com esse homem foi sempre me diminuindo, me perguntando como eu deveria me portar, como deveria conversar, que roupa eu podia usar (M6).

Diante disso, as consequências advindas de uma relação abusiva podem ser múltiplas, desde o desenvolvimento ou intensificação de transtornos mentais como a depressão e a ansiedade, até a aquisição de condições de sequelas físicas da violência perpetrada (CASIQUE, FUREGATO, 2006).

### 5.3 AUTODENOMINAÇÃO RACIAL

Durante o primeiro encontro, as questões que perpassaram sobre a temática racial foram frisadas em muitos momentos. Todas as participantes revelaram sua percepção acerca da cor da pele e suas vivências acerca da temática. Em alguns momentos, as participantes revelaram duvidar acerca de sua cor e foi verificado que esse processo foi vivenciado pela maioria no grupo.

Lembro que desde criança eu tive muitas dúvidas se eu era branca ou se eu era negra, mas após as leituras, após o contato com o feminismo eu comecei a enxergar que de acordo com minhas experiências e da leitura que as pessoas fazem de mim, que a sociedade faz, eu sou tida como branca (M3).

O feminismo enquanto teoria e prática vem desempenhando um papel fundamental na luta e conquista de direitos no Brasil, a medida em que fomenta a criação e manutenção de grupos e redes de propagação de conhecimento, estimulando a criticidade dos sujeitos. Através dele, novas formas de ser mulher são possibilidades (GONZALEZ, 1988).



Figura 4. Autodenominação Racial, Racismo, Identidade.

Os relatos também revelaram a dor de se descobrir e de admitir ser negra na sociedade atual. “Com o tempo eu fui aprendendo o que faz pessoas negras serem classificadas como sendo negras. Hoje eu sei que vai para além do tom de pele, tem os traços, o fenótipo, o cabelo e tem outras coisas que negros enfrentam diariamente apenas por serem negros. Então assim, boa parte da minha vida eu usei alisantes no cabelo, evitava pegar sol pra embranquecer a pele. Os horários de sair e de voltar começaram a ser constantemente vigiados, principalmente quando eu usava o cabelo mais volumoso” (M1). Lélia Gonzalez (1983), ao retratar sobre o racismo e o sexismo na cultura brasileira, expõe claramente esses aspectos.

Tem uma música antiga chamada “Nêga do cabelo duro” que mostra direitinho porque eles querem que o cabelo da gente fique bom, liso e mole, né? É por isso que dizem que a gente tem beiços em vez de lábios, fofinha em vez de nariz e cabelo ruim (porque é duro). E quando querem elogiar a gente dizem que a gente tem feições finas (e fino se opõe a grosso, né?). E tem gente que acredita tanto nisso que acaba usando creme pra clarear, esticando os cabelos, virando leidi e ficando com vergonha de ser preta (GONZALEZ, 1983, p. 234).

Em contrapartida, há um movimento em busca por afirmar a identidade negra se intensifica conforme as leituras sobre o assunto vão sendo implementadas na realidade dos sujeitos (SILVA, 2017).

Quando você se coloca no lugar de mulher parda, você não reconhece as problemáticas e as opressões que acontecem com as mulheres negras e que em algum nível, essas problemáticas também podem te atingir. É um ato político se reconhecer enquanto mulher negra! (M2).

Os “lugares-comuns”, as piadas, a hiperssexualização e os misticismos são importantes veículos de propagação do racismo, pois é por meio da cultura popular que ocorre

a naturalização da discriminação no imaginário social (ALMEIDA, 2018). Desse modo, ao assumir uma identidade negra, mulheres também assumem todo o peso simbólico que isso representa, o que faz com que o orgulhar-se pela origem também se torne um ato de dupla resistência, numa sociedade permeada pelo racismo e pela desigualdade de gênero.

Nessa perspectiva, a palavra “negro” que por muito tempo serviu para ofender, quando assumida, se coloca em uma nova configuração e um outro significado, o sujeito até então ofendido, positiva o que era negativo. Se a palavra perde o poder de ofender, o ofensor perde um instrumento importante na prática discriminatória e na manutenção psíquica (o preconceito) do racismo. Por outro lado, a palavra “negro” não traz conforto, por ter em sua semântica a histórica opressão escravista, colonialista, e desafia a convicção em que se baseia a doença psíquica do racismo (SILVA, 2010).

#### 5.4 AUTOPERCEPÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA

O final do segundo encontro, foi marcado por falas a respeito do modo como as participantes enxergavam suas experiências e os sentimentos que permeavam esse processo. A realidade apresentada no grupo reflete em algum nível, as problemáticas que circundam a vida das mulheres brasileiras. Depoimentos marcados pelo medo, a revolta, o sofrimento e a dor do processo de tornar-se mulher foram características comuns nos dois encontros.

“Ser mulher, pra mim, sempre vai ser sinônimo de medo. Se você vai à rua, você sente medo, chega a ser um peso muito grande. Se você vive o tempo todo tendo medo de tudo, não vale mais a pena viver. A gente sofre se isola do mundo para não passar por violências e sofre se resolve enfrentar essas mesmas violências” (M5).

Com a luta dos movimentos feministas, a concepção e a problematização acerca do gênero expandiu-se para além da biologia. Houve a busca por compreender os processos de socialização do gênero por uma nova ótica, que desnuda a conduta da sociedade como sendo sexista e machista acerca da temática. Isso demonstrou que ainda há uma perpetuação de comportamentos e pensamentos opressores, baseados ainda na noção puramente biológica e hierarquizante, onde o homem domina. Há uma desumanização do ser mulher em detrimento dos desejos masculinos (RIBEIRO, 2018).

“Tem um exemplo muito claro sobre a forma como a sociedade vê a mulher. Quando um cara é preso porque cometeu um estupro, geralmente a gente escuta que ele vai ser tratado que nem mulherzinha na cadeia. Essa fala representa muito como é ser mulher na nossa sociedade” (M6).

Numa sociedade machista, os ideais de felicidade, beleza e sucesso também partem desse ponto norteador. Quando se observa de uma condição concreta, é possível explicitar as desigualdades e apontar que o menor número de possibilidades é atribuído à mulher. O mito da mulher moderna que vive feliz trabalhando em casa e fora dela, cuidando dos filhos e do

marido faz parte do imaginário social como ideal de vida, mas pode ser extremamente adoecedor (RIBEIRO, 2018).

“Essa competição por atingir o padrão da mulher magra, rica, bem sucedida, casada e com filhos é muito adoecedor. Isso afeta tanto nosso relacionamento com outras mulheres. Isso acaba com a sororidade, é como se a gente sempre fosse colocadas umas contra as outras” (M5).

As mulheres se sentem modernas ao possuir uma geladeira inox com dispositivo de gelo externo e um forno que desliga sozinho, isso sem se dar conta de que são responsáveis por limpar a geladeira e cozinhar, por mais moderno que o eletrodoméstico seja. O que se percebe é uma confusão que atrela valores democráticos a valores capitalistas. Há uma confusão entre emancipação e ascensão econômica (RIBEIRO, 2018).

Toda vez que a categoria mulher é tomada como universal, se incorre o risco que excluir vozes, histórias e possibilidades de tomar caminhos distintos dos já ditos na ordem normativa social. Isso pode se manifestar em forma de banalização ou recriminação das diferenças, no sofrimento psíquico e numa sociedade permeada por discursos simplistas e desprovidos de uma sensibilidade interseccional (AKOTIRENE, 2018).

Não há emancipação radical e verdadeira ao se iludir com novas tecnologias, enquanto persistir a divisão sexual do trabalho, enquanto o mito da mulher multifunções é valorizado e enquanto a performance de feminilidade for a única forma se de enxergar uma mulher (RIBEIRO, 2018).

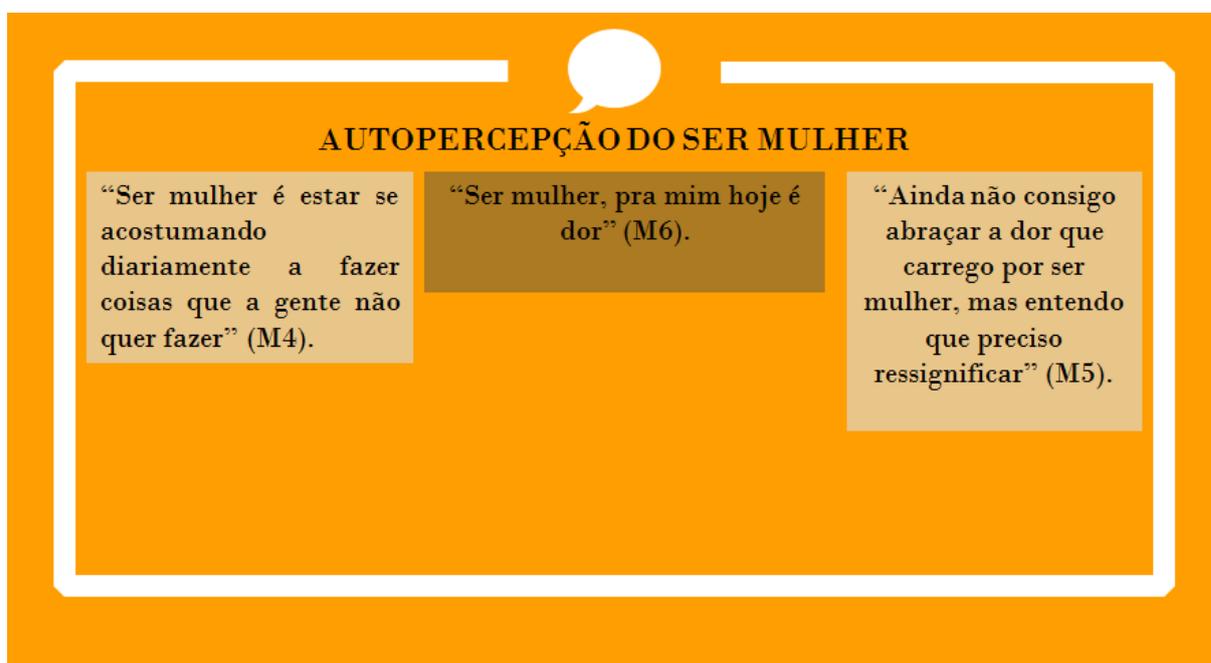


Figura 5. Autopercepção do Ser Mulher

As participantes desta pesquisa, ao relatarem sobre a sua autopercepção acerca de seus papéis na sociedade, afirmaram serem tomadas por sentimentos de tristeza, revolta e de inconformidade com as desigualdades raciais, de gênero e de classe. O autocuidado e o apoio mútuo, assim como o empoderamento foram levados como possibilidade de suportar as dores as quais essas mulheres estão submetidas.

“Pra gente conseguir viver melhor nesse mundo, a gente precisa começar a associar a figura feminina com o autocuidado. A gente tem que se olhar pra além da dor e ver que a gente também é passível de se auto amar. Mas agora não adianta dizer que é um processo fácil porque não é! Como vai ser fácil eu me olhar no espelho, não me encaixar no padrão e me amar? Isso é exercício diário e a ajuda de outras mulheres é fundamental” (M4)

O empoderamento, nessa perspectiva, vai além da esfera individual ou da tomada de poder para perpetuar opressões. Trata-se de uma mudança social pautada numa abordagem antirracista, antielitista e antissexista, por meio das mudanças das instituições sociais e das consciências individuais. É o comprometimento com a luta pela equidade, é perceber que a conquista individual não pode estar descolada da análise política (RIBEIRO, 2018).

Faz-se necessário ressaltar que o público que compareceu aos encontros se caracterizou por estudantes com nível superior incompleto, solteiras, sem filhos e sem vínculo empregatício, o que denota uma parcela privilegiada da população. Outro aspecto importante a ser dito, faz referência à procura de outras mulheres – todas negras – acerca de informações sobre os encontros do grupo focal. Ao serem informadas das datas e horários, todas relataram estar em horário de serviço e que não poderiam comparecer. Daí a importância dessas informações, pois por meio delas foi possível verificar que o acesso a esse evento se mostrou ineficaz para muitas mulheres, principalmente mulheres negras. Desse modo a compreender padrões das falas das participantes e observar quais palavras receberam destaque durante os encontros, a seção a seguir abordará análises textuais feitas com o apoio de um software.

#### 5.5 ANÁLISE TEXTUAL, ANÁLISE DE SIMILITUDE E NUVEM DE PALAVRAS DE ACORDO COM OS DADOS OBTIDOS NO GRUPO FOCAL

A partir das análises lexicais clássicas ou análise textual clássica, o programa IRAMUTEQ obteve como resultado preliminar das falas o número de Textos, número de Segmentos de Texto, Formas Identificadas, Ocorrências, e Frequência de *Hapax*, conforme pode ser visualizado na Figura 6.

IRaMuTeQ 0.7 alpha 2

Fichier Edition Vue Analyses de matrice Analyse de texte Aide

Historique

Corpus textuel

- falas\_ok\_corpus\_1
  - falas\_ok\_stat\_1
  - falas\_ok\_simibt\_1
  - falas\_ok\_wordcloud\_2
  - Subfalas\_ok\_corpus\_4
  - falas\_ok\_corpus\_4
- Matrice

falas\_ok\_stat\_1 Description falas\_ok\_corpus\_1

Description du corpus

Nom falas\_ok\_corpus\_1

Langue portuguese

Encodage utf-8

originalpath [REDACTED]

pathout [REDACTED]

date Sun Dec 2 11:09:54 2018

time 0h 0m 0s

Paramètres

ucemethod 1

ucesize 40

keep\_caract ^a-zA-Z0-9àÁâÃäÅæÈéÊëËèÉëÏíîíîóÔôÕõÖöØøÙùÚúÛüÜüÇçBœœŒŒÑñ;:!?'\_-

expressions 1

Statistiques

Nombre de textes	5
Nombre de segments de texte	77
occurrences	2775
Nombre de formes	854
Nombre d'hapax	544 - 63.70 % des formes - 19.60 % des occurrences

Prêt

Bienvenue

Figura 6. Resultados preliminares do texto

Na busca por compreender o padrão de fala do texto importado, foi selecionada a opção de Análise de Similitude, na qual foi possível escolher os parâmetros para a construção de uma árvore de concorrências. A Análise de Similitude está baseada na teoria dos grafos e possibilita identificar as ocorrências entre as palavras. Seu resultado traz indicações da conexão entre as palavras e auxilia na identificação da estrutura de um *corpus* textual (CAMARGO; JUSTO, 2013).

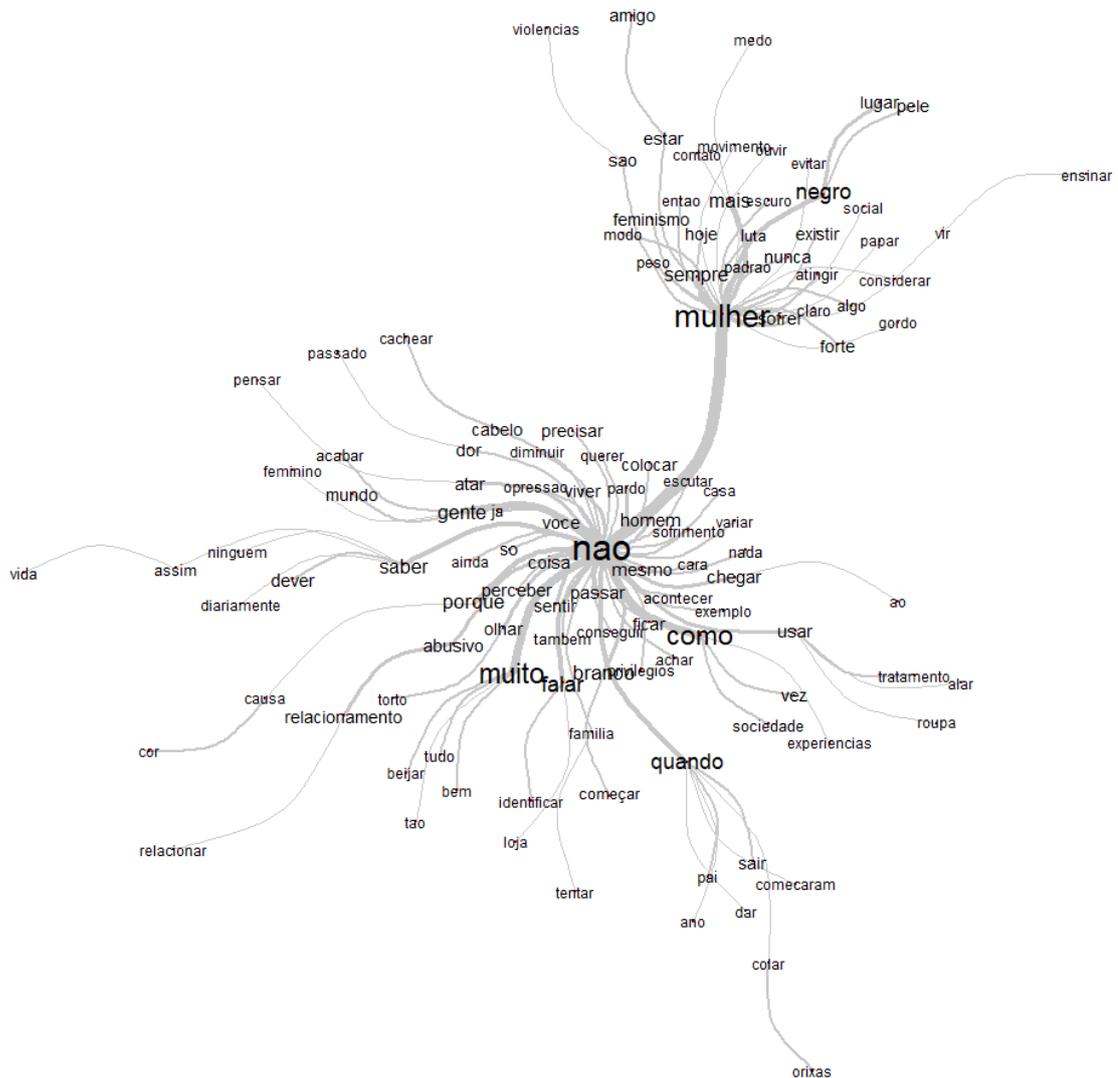


Figura 7. Resultados da Análise de Similitude.

Desse modo, é possível verificar a conexidade entre os termos “mulher”, “feminismo”, “violências”, “medo”, entre outros. Isso indica que, as participantes do grupo focal podem associar sua autopercepção sobre o ser mulher a violências e com o medo, por exemplo. Termos como “não” se ligam a “sofrimento”, “homem”, “opressão” e “branco”. O que denota que tanto os temas levantados no grupo focal referentes ao gênero, a raça e a classe foram contemplados e discutidos, porém há uma correlação entre o sofrimento das participantes a figura masculina.

Conforme a Figura 7, o termo “negro” se associa ao termo “luta” e esta se liga a palavra “padrão” que por último se relaciona com a palavra “mulher”. Ao decorrer dessa linha conexiva, chega-se ao termo “homem”, que está fortemente associado ao termo “não” e já ao

fim desta ramificação, encontram-se os termos “relacionamento” e “abusivo”. Ao verificar essa linha conexiva e observando as discussões realizadas no grupo focal, é perceptível que mulheres brancas e negras temem por se envolver em relações heteronormativas e a maioria das participantes relatou ter vivido relacionamentos abusivos ou conhecer mulheres que estão inseridas nessa dinâmica, seja na esfera afetivo-sexual, seja em outra, como por exemplo, a esfera familiar.

Faz-se necessário pontuar que as relações abusivas mencionadas incorrem na figura masculina como abusador, mas que em relações homoafetivas também existe esse fenômeno.

“Eu vivi a minha vida inteira sendo abusada psicologicamente por parentes e amigos, a maioria homens por ser uma mulher gorda, sabe? Isso afetou tanto os meus relacionamentos amorosos e no geral na verdade, que, ou eu sentia que as pessoas nunca iriam me amar ou que iriam me abandonar e isso se refletia em eu me afastar de todo mundo e ser muito agressiva” (M4).

Ao abordar a relação entre a sexualidade da mulher negra e as relações afetivo-sexuais, bell hooks afirma que ao falar sobre a vida de mulheres negras, raramente há uma preocupação em garantir mudanças na sociedade para que estas vivam plenamente. Se enfatiza a capacidade de sobrevivência, quando o ato de amar está além dessa esfera (HOOKS, 2013).

Como última análise realizada, utilizou-se da técnica de análise em forma de nuvem de palavras. Esta é uma análise lexical mais simples, porém, graficamente interessante, posto que se identifica com facilidade as palavras-chave de um texto (CAMARGO; JUSTO, 2013).



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foram abordados os temas gênero, raça e classe e as possíveis implicações desses marcadores sociais na constituição identitária de mulheres brancas e negras residentes em Palmas – TO. Esse movimento se deu a partir de uma compreensão interseccional, onde evitou-se a hierarquização desses marcadores, buscando compreendê-los na dinâmica relacional que se implica na sociedade e que retroalimenta os modos de ser e habitar a existência em cada indivíduo inserido nessas estruturas de poder vigentes.

Para tanto, foram descritos os modos como as identidades vem sendo construídas ao longo da história e as influências do patriarcado, do capitalismo para o estabelecimento e manutenção de estruturas de poder hierarquizantes como ferramentas de continuidade de um sistema desigual que afeta pesadamente as experiências e os corpos de mulheres brancas e em específico, das mulheres negras.

Verificou-se uma correlação entre as questões de gênero, raça e classe como sendo considerados elementos fundantes na constituição das identidades femininas que participaram das discussões grupais, ao passo em que o ser mulher se caracteriza na sociedade mediante a dinâmica relacional entre esses e demais marcadores sociais. O racismo e o colorismo, assim como o sexismo também foi pauta frequente, acompanhados pelo cuidado e respeito ao local de fala de cada mulher presente.

Outro aspecto a ser mencionado, deve-se ao fato de que todas as participantes mantêm contato com teorias feministas e desenvolveram falas pautadas em terminologias e especificações condizentes a algumas linhas do feminismo. O que reforça as características de privilégio e acesso ao conhecimento, que de modo geral, não são hegemônicas na realidade brasileira.

Verificou-se que a maior parte das participantes afirmou ter passado ou estar passando por relacionamentos abusivos, seja na esfera familiar, seja na esfera amorosa. Diante dessa realidade, podem-se abrir questionamentos acerca da relação entre o contato com o feminismo e demais fatores, considerados como fatores de proteção e a permanência em situações de violência.

Diante das temáticas do presente trabalho, infere-se a importância do mesmo para o meio social, acadêmico e pessoal, ao passo em que buscou abordar aspectos sociais, econômicos, políticos, educacionais, de gênero, raciais e referentes à classe. Nota-se o quanto as temáticas mencionadas afetam os modos de ser mulher na sociedade, ao passo em que numa perspectiva circular e relacional, os modos de viver o ser mulher afetam a sociedade num processo de troca.

O objetivo geral do trabalho foi alcançado, posto que foram verificadas que as relações entre os temas gênero, raça e classe podem influenciar os modos de compreender e viver a realidade social e a realidade interna das participantes do grupo focal. Os objetivos específicos também foram alcançados, pois foi possível registrar a concepção das mulheres acerca dos temas e foi discutida a autopercepção das participantes em relação a sua identidade.

O esvaziamento de mulheres negras durante os encontros foi notável, visto que mesmo havendo procura e interesse em participar do grupo focal, todas relataram ter uma jornada dupla ou tripla de trabalho, o que impossibilitou sua participação. Esse aspecto denota claramente a realidade brasileira, na qual mulheres, principalmente mulheres negras, são submetidas a uma maior jornada de trabalho.

Esse aspecto também indica que a pesquisa se deu em um ambiente institucionalizado e acadêmico, o que refletiu nas falas e na caracterização das participantes do grupo. Isso reforça a necessidade de pesquisas científicas que se insiram em espaços alinhados à realidade brasileira, em que mulheres negras sejam ouvidas e tenham suas experiências validadas não só como material científico, mas como possibilidade de embasamento de ações que visem o combate ao racismo, sexismo e outras formas de opressão.

As análises textuais demonstraram coerência entre a fundamentação teórica e interpretativa deste trabalho, na qual verificou-se uma correlação entre a frequência de palavras que mais apareceram aos temas norteadores da pesquisa, neste caso, gênero, raça e classe. A ferramenta de análise de software se mostrou eficaz ao produzir dados que promoveram confiabilidade às análises interpretativas já realizadas anteriormente.

Trata-se de uma pesquisa científica, mas trata-se também de um compromisso social assumido. A academia, em grande parte, ainda não está interessada em pesquisar sobre a vida e as especificidades das mulheres, em especial, das mulheres negras, periféricas ou das mulheres que portam alguma condição especial. As pesquisas que envolvem as mulheres se reduzem a esfera biológico-reprodutiva ou a maternagem. É papel da psicologia enquanto ferramenta estratégica de defesa da democracia e dos direitos humanos, pesquisar sobre essas temáticas, sobre as intersecções que acometem a vida dessas pessoas, além da defesa dos seus direitos e de sua cidadania.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, C. P. Políticas de Identidade e Políticas de Educação: estudo sobre identidade. **Psicologia & Sociedade**, [s.l.], v. 29, p.1-9, 18 dez. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i172186>.
- AMARAL, A. M. S. et al. Adolescência, Gênero e Sexualidade: uma revisão integrativa. **Revista Enfermagem Contemporânea**, [s.l.], v. 6, n. 1, p.62-68, 24 abr. 2017. Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública. <http://dx.doi.org/10.17267/2317-3378rec.v6i1.1114>. Disponível em: <<https://www5.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/1114/850>>. Acesso em: 08 maio 2018.
- ANTAKI, C. et al. Discourse Analysis Means Doing Analysis: A Critique of Six Analytic Shortcomings. **Discourse analysis online**, 2003.
- ASSUNÇÃO, Mayara. **Nana: maternidade preta**. 2017. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/nana-maternidade-preta/>>. Acesso em: 05 maio 2018.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 2ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro; 1967.
- BILGE, S. (2009), **Théorisations féministes de l'intersectionnalité**. Diogène, 1 (225): 70-88.
- BOZON, M.; GIAMI, A. **Les scripts sexuels ou la mise en forme du désir** – présentation de l'article de John Gagnon. Actes de la recherche en sciences sociales, Paris, n.128, p.68-72, juin. 1999.
- BROWNMILLER, S. **Against our will: men, women and rape**. New York: Open Road Integrated Media; 2013.
- BUTLER, J. (2003). **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA. Brasil: Escola de Saúde Pública FIOCRUZ, 2014. Mensal.
- CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M.. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, [s.l.], v. 21, n. 2, p.513-518, 2013. Associação Brasileira de Psicologia. <http://dx.doi.org/10.9788/tp2013.2-16>.
- CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa Qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**. 2006 Out-Dez; 15(4):679-84.
- CARNEIRO, S. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.

CARNEIRO, S. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. 2011. Disponível em: <<http://arquivo.geledes.org.br/em-debate/sueli-carneiro/17473-sueli-carneiro-enegrecer-o-feminismo-a-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-a-partir-de-uma-perspectiva-de-genero>>. Acesso em: 28 out. 2018. » <http://arquivo.geledes.org.br/em-debate/sueli-carneiro/17473-sueli-carneiro-enegrecer-o-feminismo-a-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-a-partir-de-uma-perspectiva-de-genero>

CASIQUE, L.; FUREGATO, A. R. F, **Violência Contra Mulheres: reflexões teóricas**. **Revista Latino-Americana de Enfermagem** [en línea] 2006, 14.

CRENSHAW, K. W. (1994), **Mapping the margins**: intersectionality, identity politics and violence against women of color. In: Fineman, Martha Albertson & Mykitiuk, Roxanne (orgs.). *The public nature of private violence*. Nova York, Routledge, pp. 93-118.

CULT: Revista Brasileira de Cultura. São Paulo: Bregantini, maio 2017. Mensal. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/direito-ao-aborto-e-maternidade-genero-classe-e-raca-na-vida-das-mulheres/>>. Acesso em: 08 maio 2018.

DAVIS, A. **As Mulheres Negras na Construção de uma Nova Utopia**. Em: Geledés: Instituto da Mulher Negra. São Paulo, 2011.

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. 243 p. Tradução: Heci Regina Candiani.

DEMO, P. **Introdução à Metodologia da Ciência**. São Paulo: Atlas, 1987. 122 p.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FOUCAULT, M. (1995). **O sujeito e o poder**. In: P. Rabinow & H. Dreyfus, Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica (V. P. Carrero, Trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal; 2001.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2009. 120 p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Editora Record, 1997.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afrolatinoamericano, **Revista Isis Internacional**, vol. IX, 1988, pp.133-141.

GONZALEZ, L. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: SILVA, Luiz Antônio Machado et al. **Movimentos Sociais Urbanos, Minorias Étnicas e Outros Estudos**. Brasília, ANPOCS, 1983. 303p. p. 223-44.

GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982, (Coleção 2 Pontos)

HOOKS, B. **Ensinando a Transgredir**: a educação como prática de liberdade. São Paulo: Martins Fontes; 2013.

JESUS, J. G. **Trans-formações**: poder e gênero nos novos tempos. Anais do 18º Congresso Brasileiro de Psicodrama. Brasília: Federação Brasileira de Psicodrama, 2012a.

KING, D. 1989. **Multiple Jeopardy, Multiple Consciousness**: The Context of a Black Feminist Ideology. *Signs* 14: 42–72.

LA COLECTIVA DEL RIO COMBAHEE [COMBAHEE RIVER COLECTIVE]. **Una declaración feminista negra** [1977]. In: MORAGA, C.; CASTILLO, A. Esta puente, mi espalda: voces de mujeres tercermundistas en los Estados Unidos. San Francisco: Ism Press, 1988.

LAURETIS, T. A Tecnologia de Gênero. In: HOLLANDA, H. B. **Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco; 1994, p. 206-42.

LIPOVETSKY, G. (2000). **A terceira mulher**: permanência e revolução do feminino. São Paulo: Companhia das Letras.

LOURO, G. L. (2008). **Gênero e sexualidade**: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, 19, 2(56), p.17-23

LOWY, I. (2002), **Universalité de la science et connaissances situées**. In: Gardey, D. & LOWY, I. (orgs.). *Les sciences et la fabrication du masculin et du féminin*. Paris, Ed. des Archives Contemporaines.

MACHADO, B. A. **Interseccionalidade, Consustancialidade e Marxismo**: debates teóricos e políticos. 2017. 20 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2017.

MACKINNON, C. A. **Towards a feminist theory of the state**. London, England: Harvard University Press; 1989. p. 120.

MARIANO, S. A. (2005). **O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo**. *Estudos Feministas*, 13 (3), p.483-505.

MICHEL, M. H. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 2005.

MINISTÉRIO DA SAÚDE; IBGE. Cadernos de Informação de Saúde. 2015. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/cadernosmap.htm>>. Acesso em: 06 maio 2018.

MORGAN, D. L. (1997). **Focus Groups as Qualitative Research**. Vol. 16. London: SAGE Publications.

MUNANGA, K. (2008). **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica.

NASCIMENTO, E. L. **O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil**. São Paulo: Summus, 2003. 397 p.

NOGUEIRA, C. Análise(s) do Discurso: Diferentes Concepções na Prática de Pesquisa em Psicologia Social. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, São Paulo, v. 24, n. 2, p.235-242, 2008.

NOGUEIRA, O. **Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga**. São Paulo: EDUSP, 1998.

NUNAN, D. **Research methods in language learning**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

NUSSBAUM, M. C. **Objetification, Phylosophy and Public Affairs**. 1995; 24 (4): 249-91.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

PEREIRA, A. O. Resenha: O que é lugar de fala?. **Leitura: Teoria & Prática**, Campinas, v. 36, n. 72, p.153-156, 2018.

RATINAUD, P. (2009). IRAMUTEQ: Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires [Computer software]. Retrieved from <http://www.iramuteq.org>

RIBEIRO, D. O que é lugar de fala?. Belo Horizonte: **Letramento**; Justificando, 2017.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Schawarcz, 2018. 148 p.

ROHDEN, F. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.

SAFFIOTI, H I. B.. (2009). **Ontogênese e Filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres**. Série Estudos/Ciências Sociais/FLASCO-Brasil .

SAFFIOTI, H.I.B.; ALMEIDA, S. S. (1995). **Violência de Gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter.

SALDANHA, M.; TONIETTE, M. **Relações de Gênero: ontem e hoje**. In: DIEHL, A.; LEITE, D. V. **Sexualidade: do prazer ao sofrer**. 2. ed. Rio de Janeiro: Roca, 2017. Cap. 25,

SANSONE, L. (2004). "Raça". Etnicidade e saúde reprodutiva: o caso afro-latino-americano. In MONTEIRO, S. & SANSONE, L.(Orgs.), **Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos** (pp. 57-96).Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Educação e Realidade. 1995; 20 (2); 71-99.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M.. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2001.

SILVA, L. Quem tem medo da palavra "negro". **Revista Matriz**, Porto Alegre, v. 1, p.1-13, 2010. Disponível em: <[http://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/pdf/quemtemmedodapalavranegro\\_cuti.pdf](http://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/pdf/quemtemmedodapalavranegro_cuti.pdf)>. Acesso em: 29 out. 2018.

SILVA, T. C. M.; AMAZONAS, M. C. L. A. Identidade feminina: engendrando espaços e papéis de mulher. **Revista de Psicologia da Imed**, Passo Fundo, v. 1, n. 2, p.192-200, 2009.

SILVA, T. S.; O Colorismo e suas Bases Discriminatórias. **Direito UNIFACS – Debate Virtual**, 2017.

SILVEIRA, R. C. N. S.; NARDI, H. C. **Interseccionalidade: gênero, raça e etnia e a Lei Maria da Penha**. *Psicologia & Sociedade* [on line] 2014, 26. Acesso em: 30 de abril de 2018. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309331565003>> ISSN 0102-7182.

SOUZA FILHO, J. A.; SANTOS, B. O. O Sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação e sua Relação com o Construto do Mundo da Vida. **Psicologia & Sociedade**, [s.l.], v. 29, p.1-9, 18 dez. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29170491>.

THE Mask You Live In. Direção de Jennifer Siebel Newsom. 2015. (97 min.), son., color. Legendado.

TONIETTE, M. A. **Trajetórias de vida e sexualidades: um estudo a partir de depoimentos de homens e mulheres atendidos no Plantão Psicológico do Serviço de Aconselhamento Psicológico IPUSP** [tese]. São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia; 2009 350 p.

TORRÃO-FILHO, A. (2005). **Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam**. *Cadernos Pagu*, 24, 127-152

TRAD, L. A. B. **Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde**. *Physis: Revista de Saúde Coletiva* [online], v.19, n.3, p.777-796, 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312009000300013&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312009000300013&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 08 abril 2018.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

APÊNDICES

## APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

**CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS**

*Recredenciado pela Portaria Ministerial nº 1.162, de 13/10/16, D.O.U nº 198, de 14/10/2016*  
ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL

**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**

Você está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada “Gênero, Raça e Classe: estudo sobre a constituição identitária de mulheres brancas e negras de Palmas – TO”. Trata-se de uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa, de natureza aplicada e de campo e tem por objetivo principal, verificar a relação entre os temas gênero, raça e classe na constituição identitária feminina. Esse estudo se justifica na medida em que tratar dessas temáticas pode fomentar a reflexão acerca dos papéis sociais que regem a atual sociedade.

A participação na referida pesquisa se dará por meio de um grupo focal, que ocorrerá nos dias 07 e 14 de agosto de 2018. Caso as participantes vejam a necessidade de haver mais um encontro, então a coleta se estenderá até o dia 21 de agosto de 2018. Todas as datas se darão as terças-feiras, no horário das 17h às 18h30, nas dependências do Centro Universitário Luterano de Palmas, localizado na Avenida Teotônio Segurado, 1504 Sul, Palmas – TO, CEP 77.019-900. Nesses encontros, a facilitadora e pesquisadora, juntamente com a auxiliar de pesquisa, lançarão temáticas relacionadas ao estudo e as participantes terão a liberdade para manifestar suas opiniões e/ou vivências, desde que respeitem o direito de fala das outras integrantes.

As informações coletadas serão analisadas e utilizadas pela pesquisadora em seu trabalho acadêmico, que será de livre acesso para as participantes. Como benefícios em curto prazo são visualizadas a possibilidade de discussão e reflexão acerca dos temas a serem discutidos nos encontros do grupo focal. Em médio prazo, as participantes serão beneficiadas indiretamente com a produção de conhecimento científico, possibilitada pela observação da dinâmica relacional do grupo e coleta de dados a ser realizada por meio da discussão dos temas propostos.

Como possíveis riscos o sofrimento psíquico das participantes durante os encontros do grupo focal, a possibilidade da exposição de dados pessoais ou quaisquer outras situações de ordem da vida privada dessas mulheres, além de uma possível quebra de sigilo.

Com o objetivo de prevenir esses riscos, a pesquisadora fará esclarecimentos prévios quanto a importância do respeito às diversidades em seus mais diferentes aspectos e expressões, bem como o respeito aos discursos que poderão ser desenvolvidos e a importância do comportamento ético das participantes. Caso seja necessário, a pesquisadora estará disponível para acolher as participantes que sentirem necessidade, além de acompanhá-las aos serviços junto à rede pública ou privada de saúde até que sejam efetivamente atendidas.

A privacidade das participantes será respeitada. Não haverá divulgação de nome ou qualquer outro dado que possa de algum modo identificá-las, sendo assim primazia, o sigilo. As informações obtidas a partir do grupo não serão compartilhadas com os voluntários e/ou coordenação da instituição supracitada. As participantes receberão uma segunda via deste termo para verificação, enquanto a outra via será arquivada junto a coordenação de Psicologia do CEULP.

Esta pesquisa será aplicada pela pesquisadora e psicóloga em formação Evelly Silva e Silva, que poderá ser contatada pelo número telefônico (63) 99284-9769, orientada pela professora Me. Cristina D'Ornellas Filipakis Souza, ambas vinculadas ao CEULP.

Desse modo, estando ciente e tendo sido orientada quanto ao teor de todas as informações aqui mencionadas, compreendida a natureza e o objetivo deste estudo, manifesto querer participar da referida pesquisa, estando totalmente ciente de que não haverá nenhum valor econômico a receber ou a pagar e de que receberei uma via deste documento.

Em caso de reclamações, sugestões, dúvidas e qualquer tipo de denúncia sobre este estudo, devo ligar para a coordenação de Psicologia do CEULP, situada no prédio 2, sala 208, (63) 3219-8068 ou enviar um e-mail para [psicologia@ceulp.edu.br](mailto:psicologia@ceulp.edu.br). Ou ainda, contatar o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do CEULP, situado no Complexo Laboratorial do prédio 5, 1º piso, sala 541 pelo número (63) 3219-8076 ou via e-mail [etica@ceulp.edu.br](mailto:etica@ceulp.edu.br). Ambas as dependências pertencentes ao CEULP, localizado na Avenida Teotônio Segurado, 1504 Sul, Palmas – TO, CEP 77.019-900.

Palmas - TO, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

## APÊNDICE B – Declaração de autorização da Instituição Participante

**CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS**

Recredenciado pela Portaria Ministerial nº 1.162, de 13/10/16, D.O.U nº 198, de 14/10/2016  
ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL

**Declaração de autorização da Instituição Participante**

A pesquisa “Gênero, Raça e Classe: estudo sobre a constituição identitária de mulheres brancas e negras de Palmas – TO” será realizada na sala 241, do prédio do Centro Universitário Luterano de Palmas, localizado na Av. Teotônio Segurado, 1501 - Plano Diretor Sul, Palmas - TO, 77000-900 e ocorrerá nos dias 07 e 14 de agosto de 2018. Caso as participantes vejam a necessidade de haver mais um encontro, então a coleta se estenderá até o dia 21 de agosto de 2018. É uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa e de natureza aplicada de campo. A forma de contato com a amostra se dará de forma escritas por meio de *folders* de divulgação veiculadas as redes sociais *Facebook* e *Instagram* e por contato pessoal e verbal efetuado pela psicóloga em formação Evelly Silva e Silva, orientada pela pesquisadora-responsável Me. Cristina D’Ornellas Filipakis. A amostra será aleatória, não vinculada à nenhuma instituição. Portanto, não se torna necessária a declaração de autorização da Instituição Participante, tendo em vista que as participantes não serão convidadas a partir de nenhuma instituição e se voluntariarão para a participação na pesquisa. As pesquisadoras acima citadas se comprometem a: Iniciarem a coleta de dados somente após o Projeto de Pesquisa ser aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP do CEULP; Obedecerem às disposições éticas de proteger as participantes da pesquisa, garantindo-lhes o máximo de benefícios e o mínimo de riscos; Assegurarem a privacidade das pessoas citadas nos documentos gerados, de modo a proteger suas imagens, bem como garantem que não utilizarão essa as informações coletadas em prejuízo dessas pessoas, respeitando deste modo as Diretrizes Éticas da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, nos termos estabelecidos na Resolução CNS N° 466/2012, e obedecendo as disposições legais estabelecidas na Constituição Federal Brasileira, artigo 5º, incisos X e XIV e no Novo Código Civil, artigo 20.

Palmas - TO, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018

## APÊNDICE C – Disparadores para o Grupo Focal

**CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS**

*Recredenciado pela Portaria Ministerial nº 1.162, de 13/10/16, D.O.U nº 198, de 14/10/2016*  
ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL

**Disparadores para o Grupo Focal****Para o primeiro encontro:**

**Vídeo:** DJAMILA Ribeiro: "Não dá para falar de gênero sem discutir raça e classe". [s.i], 2017. (20 min.), son., color. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=Ki2SC6iDa08>>. Acesso em: 08 maio 2018;

**Pergunta:** Diante do conteúdo exposto em vídeo, vocês conseguem identificar situações em suas vidas cotidianas que remetam a essas temáticas?

APÊNDICE D – *Folder* de Divulgação dos Encontros



## **CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS**

Recredenciado pela Portaria Ministerial nº 1.162, de 13/10/16, D.O.U nº 198, de 14/10/2016  
ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL

***Folder e mensagem utilizados na divulgação via Facebook e Instagram***

“Queremos ouvir suas experiências, perspectivas e suas vivências como mulher. Venha participar! Basta ser residente em Palmas e ter idade mínima de 18 anos!”

### **O QUE TE TORNA MULHER?**

QUEREMOS OUVIR VOCÊ!

DATAS: 07/08 e 14/08.

HORÁRIO: 17h às 18h 30.

LOCAL: CEULP/ULBRA, PRÉDIO 2, SALA 241

INSCRIÇÕES LIMITADAS!

PARA MAIS INFORMAÇÕES:

(63) 99284-9769 (EVELLY) e (63) 99944-6189 (ISAURA)

---

ESTE CONVITE FAZ PARTE DA PESQUISA  
"GÊNERO, RAÇA E CLASSE: ESTUDO SOBRE A  
CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA DE  
MULHERES BRANCAS E NEGRAS DE PALMAS - TO."



**ANEXOS**

## ANEXO A – Folha de Rosto



## CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS

Recredenciado pela Portaria Ministerial nº 1.162, de 13/10/16, D.O.U nº 198, de 14/10/2016  
ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP <b>FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS</b>			
1. Projeto de Pesquisa: Gênero, Raça e Classe: estudo sobre a constituição identitária de mulheres brancas e negras de Palmas - TO			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 10			
3. Área Temática:			
4. Área de Conhecimento: Grande Área 7, Ciências Humanas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: CRISTINA D ORNELLAS FILIPAKIS SOUZA			
6. CPF: 838.593.221-68	7. Endereço (Rua, n.º): 303 SUL ALAMEDA 20 PLANO DIRETOR SUL Qd 07 LOTE 09 PALMAS TOCANTINS 77015388		
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: 83999792888	10. Outro Telefone:	11. Email: cristina@ceulp.edu.br
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumpro os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.			
Data: <u>05 / 06 / 18</u>		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: Centro Universitário Luterano de Palmas - ULBRA	13. CNPJ:	14. Unidade/Orgão: Centro Universitário Luterano de Palmas	
15. Telefone: (63) 3219-8000	16. Outro Telefone:		
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumpro os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.			
Responsável: <u>Adriano Chiarani da Silva</u>	CPF: <u>862.581.849-87</u>		
Cargo/Função: <u>Reitor</u>			
Data: <u>07 / 06 / 2018</u>		 Assinatura Adriano Chiarani da Silva Reitor Portaria AEL/UBA nº 15/2015	
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			

MP.